



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 059

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE AGOSTO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luís Nishimori - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSB - 02: Doutor Luciano - Reni Pereira.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 059ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
12 DE AGOSTO DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Natálio Stica, secretariada pelos senhores deputados Nereu Moura e Carlos Simões.

Às dezoito horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielese, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luís Nishimori, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 024/2003

Curitiba, em 01.08.2003.

Senhor Presidente:

Através desta, venho à presença de V. Exa. a fim de reenviar-lhe a Mensagem nº 022/2003, de 23 de junho de

2003, propondo apreciação e aprovação desse Poder Legislativo, ao Decreto nº 1468, daquela mesma data, que trata da intervenção do Estado no município de Nova Aurora.

Por outro lado, visando proporcionar maior celeridade no procedimento da intervenção em causa, entendo cabível e oportuno indicar desde já, em conformidade com o artigo 54, inciso XIX, alínea "b", da Carta Estadual, o nome do advogado Mário Gabriel Choinski, pessoa de reconhecida competência para os respectivos encargos, conforme bem demonstra seu anexo *curriculum vitae*.

Certo de que esta solicitação merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 025/2003

Curitiba, em 11.08.2003.

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 66, inciso I, da Carta Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva transformar, na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, os cargos de provimento em comissão que especifica, em outros cargos de igual natureza de provimento, porém de menos simbologia de remuneração, com a denominação de Assistente.

O plano de lei em referência consulta aos superiores interesses da Administração, eis que a pretendida transformação de cargos virá ensejar condições no sentido de que a Pasta da Educação, contando com ampliação de sua estrutura de cargos, possa melhor desempenhar as atribuições de cunho administrativo, que lhes são próprias.

Por outro lado, merece destacar que a medida não importará em custos adicionais ao erário porque a transformação de cargos de simbologia 1-C, para simbologias menores (3-C, 10-C e 15-C), oportuniza um melhor atendimento, não só ao desempenho dos serviços, mas também e principalmente, às partes que a eles recorrem. Em anexo segue quadro demonstrativo esclarecendo em detalhes o mencionado fato de que não haverá aumento de despesa pública.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ANEXO AO OFÍCIO Nº 1657/2003
DEMONSTRATIVO DE CUSTOS

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO PROPOSTA				
Quant. de Cargos	Denominação	Simbologia	R\$ Unitário	RS Total	Quant. de Cargos	Denominação	Simbologia	R\$ Unitário	RS Total
20	Assessor Administrativo	1-C	1.179,17	23.583,40	16	Assistente	3-C	1.005,27	16.084,32
					02	Assistente	10-C	626,71	1.253,42
					13	Assistente	15-C	476,19	6.190,47
	SOMA				SOMA				23.528,40

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam transformados na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, aprovada pelo Decreto nº 5.123, de 04 de dezembro de 2001, 20 (vinte) cargos em comissão de simbologia 1-C, de Assessor Administrativo, em 16 (dezesseis) cargos em comissão de simbologia 3-C, 02 (dois) cargos em comissão de simbologia 10-C e 13 (treze) cargos em comissão de simbologia 15-C, todos com a denominação de Assistente.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofício:

OFÍCIO

CONVÊNIO:

Do Centro de Apoio das Promotorias da Cidadania, protocolado nesta Casa sob nº 6114/2003, encaminhando Termo de Cooperação que entre si fazem a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e o Ministério Público do Estado do Paraná (PA nº 8633/2001- PJ Comunidades). **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1597

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a votação em bloco para os projetos constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 12.08.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1589

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a cessão do auditório deputado Leovegildo Salles, no sub-solo do prédio dos gabinetes parlamentares, para a utilização todas as quartas-feiras, no período de 09:00 às 11:00 horas, para a realização dos cultos evangélicos nesta Casa.

Requerem, também, a cessão de aparelhagem de som para que nesses dias seja utilizada, facilitando assim a comunicação.

Como tal autorização já foi concedida verbalmente, os requerentes o fazem agora de forma oficial para que sejam científicadas as partes que coordenam tais setores.

Sala das Sessões, em 12.08.2003.

(aa) VANDERLEI IENSEN, AILTON ARAÚJO, FRANCISCO BÜHRER, BARBOSA NETO, MAURO MORAES, RATINHO JÚNIOR, RENATO GAÚCHO, ELIO RUSCH, ÂNGELO VANHONI, ARTAGÃO JÚNIOR, PASTOR EDSON PRACZYK, CHICO NOROESTE e RENI PEREIRA.

REQUERIMENTO Nº 1592

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações aos diáconos Adelir de Carli e Osvaldo Cabianchi Garcia, pela celebração eucarística, quando será conferida a Ordem Presbiteral aos mesmos.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos homenageados, através do endereço: Seminário Nossa Senhora do Rocio- Cx. Postal 78 - CEP 83.435-970 - Campina Grande do Sul-PR.

Sala das Sessões, em 12.08.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1593

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações pelo 149º Aniversário da Polícia Militar do Paraná.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência Exmo. Cel. David Antonio Pancotti, DD. comandante geral da Polícia Militar do Paraná

Sala das Sessões, em 12.08.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1587

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor à senhora Maria Olímpia de Oliveira Ferreira, 86 anos, pioneira do norte do Estado, vinda de Minas Gerais.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.08.2003.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 431/2003**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor deputado Nivaldo Passos Krüger.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.08.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de homenagear um querido homem público do Estado do Paraná, Nivaldo Passos Krüger.

O nosso homenageado exerceu brilhantemente a função de deputado estadual durante a 7ª Legislatura, sendo líder do PMDB, na Assembléia Legislativa do Estado. Foi autor da lei que criou o Ipardes.

Exerceu também, vários cargos eletivos da maior importância, a começar como vereador em Guarapuava, em 1959, prefeito de Guarapuava por três vezes, 1964/1969, 1973/1976 e 1983 a 1988. Após a sua passagem na Assembléia Legislativa do Estado, Nivaldo Krüger foi eleito deputado federal, onde também se destacou como um dos parlamentares mais atuantes da Câmara Federal, com atuação brilhante em várias comis-

sões e autor de várias propostas que beneficiaram o povo brasileiro.

Nivaldo Krüger, senador da República durante os anos de 2002/2003, é atualmente secretário da Representação do Estado do Paraná em Brasília.

Enfim, as qualidades de Nivaldo Passos Krüger são por mais conhecidas pelo povo paranaense e fazem parte do *curriculum vitae* que apresentamos em anexo, e que, temos a certeza, irá merecer o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 432/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Centro de Prevenção, Tratamento e Recuperação Contra as Drogas do Vale do Ivaí - Cendrogasvai, com sede e foro no município de Kaloré, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6.994/78, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cívis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná, estamos apresentando a presente proposição, para declarar de Utilidade Pública a Associação Centro de Prevenção, Tratamento e Recuperação Contra as Drogas do Vale do Ivaí - Cendrogasvai, com sede e foro no município de Kaloré.

Fundada em 15 e maio de 2002, a entidade tem por objetivo e finalidade, de acordo com seu estatuto, de promover o desenvolvimento humano da microrregião, na defesa e conservação de valores individuais e coletivos, preservando a vida e recuperando os dependentes químicos, sejam em qualquer tipo de vício, objetivando a melhoria da qualidade de vida no aspecto individual, social e cultural da microrregião abrangida.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 433/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Sra. Chieko Aoki.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.2003.

(aa) WALDIR LEITE, MARCOS ISFER, ARLETE CARAMÊS e RATINHO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Nascida no Japão, onde completou seus estudos, Cheiko Aoki - naturalizada brasileira - exerceu sua carreira em diversos lugares do mundo, incluindo Estados Unidos, Ásia e Europa, mas concentrou-se no Brasil, onde iniciou sua trajetória de sucesso na hotelaria, em 1982, como diretora de Marketing e Vendas do Caesar Park São Paulo, vindo, em pouco tempo, a assumir a presidência deste renomado estabelecimento.

Eminente empresária, veio a ocupar vários cargos de importância ímpar no cenário hoteleiro brasileiro. No Paraná a Sra. Aoki administra os interesses de mais de 700 empresários locais na Hotelaria de Luxo. Com o Blue Tree Towers Curitiba Premium, gera mais de 100 empregos diretos e aproximadamente 300 empregos indiretos, para profissionais qualificados. Trabalha no seu constante treinamento e capacitação mantendo-os com amplo conhecimento de padrões internacionais de hotelaria.

Chieko Aoki, atua no seu papel de divulgadora do Brasil e do Paraná no exterior, procurando atrair negócios e investimentos, motivo este que resultará na inauguração do Blue Tree Towers Londrina até março de 2004. O mais moderno hotel na cidade, negócio de diversos empresários locais, certamente a recolocará em evidência no cenário econômico com alto padrão de hospedagem, além de gerar mais de 200 empregos diretos e indiretos criando oportunidade e contribuindo para que Londrina polarize boa parte das atenções do mundo dos negócios.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Antes de entrarmos no Pequeno Expediente, quero informar ao Plenário que esta Presidência recebeu, na parte da manhã, uma notificação judicial do Tribunal e Justiça, determinando ser suspensa a tramitação da Mensagem Governamental 022/2003, relativa ao Decreto 1468, que trata a intervenção do município de Nova Aurora.

Está suspensa a tramitação na Casa, por decisão judicial.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Pedro Ivo.

O SR. PEDRO IVO ILKIV

Senhor presidente e senhores deputados.

Ocupo este espaço para colocações referentes ao assunto abordado ontem pelo deputado Valdir Rossoni, quanto às acusações feitas por um jornal de União e que teria suspeitas de que estas informações teriam passado pelo deputado Pedro Ivo.

Fiz contato com o pessoal de União da Vitória, estou com o jornal em mãos, "A Folha do Contestado" e a

nota que poderia comprometer o jornal, que poderia dar algum motivo ao deputado Rossoni para se queixar a respeito, vou ler um pedacinho da nota, para que vocês todos possam observar que nada nela consta. E também vou trazer o jornal da semana passada, para que seja esclarecido este fato. Diz a nota: "O deputado Pedro Ivo, PT, já tem em mãos a lista com os 44 mil nomes de pessoas que fizeram remessa de dólares para as contas no exterior, por meio da agência Banestado de Nova York. Pedro Ivo teve que assumir termo de compromisso perante a Justiça, de que, por enquanto, os nomes não serão divulgados. Se você vir aí pela rua alguém com cara de preocupado, só existem dois motivos: ou o cidadão está com a criança pequena em casa ou não sabe como explicar tantos dólares segurando em suas contas".

Em seguida desta nota, vem uma outra falando do deputado Valdir Rossoni, a respeito de uma casa no lago, que não tem nada a ver com a matéria de cima. Eu acredito que talvez seja motivo de confusão, porque lembro-me muitas vezes de ter que estar "apagando-fogo" entre o nosso pessoal e o outro pessoal, porque sabem que eu e o deputado Rossoni somos adversários no nosso município e como o deputado falou lá da festa de Bituruna, somos adversários ferrenhos e não simples adversários. Mas, sei da minha responsabilidade e em nenhum momento vazou nome algum. Eu perguntei para o jornal, antes de trazer o desta semana, se alguma outra matéria foi vinculada na semana passada, e me foi garantido que não havia nenhuma matéria, deputado Rossoni, mas, quero trazer tal jornal; pedi que viesse ainda nesta Sessão, se for possível, para que seja esclarecido este fato.

Eu não seria leviano a ponto de estar divulgando nomes.

A nota nem sequer insinua o nome do deputado Valdir Rossoni.

Então, gostaria de esclarecer esse fato, porque já foi motivo de uma outra acusação feita por outro jornal, de que o nome teria sido divulgado por minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Próximo orador inscrito, deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Primeiramente, queremos lembrar o 12 de maio, um dia histórico para Ponta Grossa e os Campos Gerais. Não é aniversário de Ponta Grossa, mas 12 de maio faz três meses, que S. Exa. o governador do Paraná cancelou o curso de Medicina em Ponta Grossa. É por isso que hoje é dia de aniversário em Ponta Grossa, o povo foi às ruas para aplaudir o governador pela decisão de fechar o curso de Medicina. A cada dia 12, todo o mês, vai ter um movimento simpático ao governador Roberto Requião.

Nós não podemos esquecer que dia 12 o curso de Medicina foi tirado na marra e que nem aquela reunião, acho que o deputado Plauto vai dar um presente para a campanha de sucessão do governador Requião.

Lembro-me que em frente ao Palácio Iguaçu, enquanto nós fazíamos aquele movimento em cima do caminhão, as câmaras me atacando, estavam registrando a não entrada do povo no Palácio Iguaçu e, aquela audiência que foi marcada e que até hoje não foi consolidada. Todo mundo foi recebido no Palácio, menos os Campos Gerais e Ponta Grossa.

Quero registrar, como deputado dos Campos Gerais, de Ponta Grossa, que realmente hoje é o dia da tristeza, da revolta, em que os cidadãos pontagrossenses e dos Campos Gerais mais uma vez lembram de S. Exa. o governador, que lá acabou com o curso de Medicina.

Ele foi aplaudido.

Segundo informações, eu até recebi um comunicado, que o Conselho Federal de Medicina e a Sociedade Médica Brasileira aplaudiram-no recentemente, quando ele adentrou ao auditório, porque acabou com o curso de medicina em Ponta Grossa.

Não tem problema, o ditado é antigo: “um dia é da caça; o outro, do caçador”, quem é aplaudido hoje haverá de ser vaiado amanhã. Ou, quem sabe, haverá de não receber mais votos do povo que o elegeu governador.

Então, que seja registrado o dia 12 de agosto, três meses da morte do curso de Medicina em Ponta Grossa.

Mas, também gostaria de falar hoje sobre a avenida Souza Naves. A Souza Naves é uma grande avenida, a maioria dos senhores conhecem é a entrada de quem vem para o Norte, que vem de Guarapuava, e aquele trecho que compreende da Polícia Rodoviária até o Trevo Eurico Batista Rosas, nós temos encontrado vários assaltos todo dia. Assaltos a caminhoneiros, às padarias, a mercados a postos de gasolina e, nada se faz. Estamos vivendo um caos na Souza Naves e o governo do Estado deve tomar providências. Tem um módulo policial bem em frente à Igreja São Sebastião e, infelizmente, está há mais de sete meses desativado, abandonado, e o povo daquela região sofrendo.

Quero registrar aqui mais uma vez, a falta de segurança na Souza Naves.

Gostaria de cobrar do governo transparente, do governador Roberto Requião. Transparente para eu não falar o que é transparente daqui uns dias, porque lá em Ponta Grossa, eu já dei nome aos bois, daqui uns dias eu vou começar a dizer aqui o que é transparente.

Faz quatro meses que eu fiz pedido de informação o número de cargos que o governo do Estado tem, em comissão, e os carros alugados do Governo. O governador disse que se o secretário que em cinco dias não respondesse, ia se ver com ele. Então, está aqui, data 28.04.2003, 4 meses que não é respondido.

Gostaria de cobrar do governo os cargos em comissão. O povo do Paraná precisa saber. Quantos cargos em comissão tem esse governo? Quanto ganham os cargos em comissão? Requerimento de 28 de abril de 2003. Esse secretário tem que ser demitido, porque não mandou a resposta que o deputado pediu e não cumpriu a

lei do Roberto Requião; o governador disse que em cinco dias iria responder. Não respondeu!

Relação de carros alugados. Quem alugou? São carros remanescentes do governo anterior? Entrou na moratória? Foi pago ou não? Quero saber quantos carros alugados detém o Governo do Estado? São informações que o povo nos cobra e estamos cobrando aqui, E faz 4 meses que não é respondido.

Espero que o meu pronunciamento hoje faça com que eu receba a resposta. Quero saber aqueles cargos do Teatro Guaíra, e os demais cargos do Estado.

Estou entrando com um requerimento hoje, querendo saber como é que o presidente da Sanepar recebe 16 mil reais por mês! Ganha mais que o governador do Estado! Quero saber também quanto os diretores da Sanepar ganham, por que é que o Estado não cumpre a taxa social de baixar o preço da água para o povo mais pobre e paga salários maiores que do governador ao presidente da Sanepar e a Sanepar é do povo do Paraná!

Para finalizar, gostaria de cumprimentar o prefeito de Ponta Grossa. Queria fazer-lhe aqui um elogio, pois hoje participou do movimento em favor do curso de Medicina. Quero cumprimentar o prefeito que foi no calor, foi para as ruas, para beneficiar o curso de Medicina em Ponta Grossa. “Não é o Péricles, é o prefeito Mussi que está no cargo. O Péricles está com aquele sombreiro lá no México a descansar dez dias”.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Quero aqui falar que o nobre deputado Jocelito Canto está querendo saber demais do Governo. Está querendo muita informação e parece que isso é impossível.

Só falando em requerimento como aqui V. Exa. colocou, da mesma forma fizemos um pedido de informações ao secretário Maurício Requião, da Educação, sobre as eleições dos diretores. Por que foram canceladas as eleições que foram feitas no ano anterior, e como ficariam as regras para novas eleições? Isso, fizemos no mês de março, e só ontem chegou a nós! Depois de cinco meses! Não são cinco dias o compromisso do governador através do decreto, e sim, cinco meses. Erram a palavra.

Estou vindo à tribuna para fazer um alerta e uma grande preocupação com relação às invasões de áreas produtivas no Estado do Paraná. E o caminho que estão tomando as ações articuladas por membros do MST.

Em Paranapoema, o fazendeiro Alexandre Maihara denunciou ontem à Polícia Civil o desaparecimento de 24 bois gordos da Fazenda Santa Terezinha, de sua propriedade, que foi invadida por um grupo de sem-terras alguns dias atrás e que hoje tem em torno de 1300 famílias. Fazenda, deixar claro, produtiva. E ele acusa os sem-ter-

ras de terem matado e vendido os animais nas cidades próximas. Também teriam sido furtados cinco mil litros de óleo diesel da fazenda. Sabe para que eles usaram esse óleo diesel?

Usaram o combustível nos caminhões e tratores para o transporte das pessoas e das famílias que ali fizeram o seu acampamento. Então, a verdade é uma só: está virando uma baderna total a questão de invasão em áreas produtivas no Paraná.

Dias atrás acompanhei nos meios de comunicação sobre a Fazenda Auropel, que tem um sério problema agrário e há bastante tempo foi invadida, e novamente agora os sem-terra ocuparam-na. O interessante é que eles ocuparam a sede da fazenda onde tem um silo onde está armazenada a soja lá produzida, está armazenado o milho também ali, e no apagar das luzes, na noite, foram apreendidos quatro caminhões, utilizados para transportar a produção dos silos, pelos sem-terra.

Sabem aonde iam esses caminhões carregados com a soja?

Para Cantagalo, para serem comercializados! Quem mandou fazer o transporte? Os líderes do movimento sem-terra!

É claro que isso é um roubo, utilizaram e roubaram os cereais produzidos pela Fazenda Auropel para vender! Não sei aonde vão os recursos, para bolso de quem vai esse dinheiro, mas o problema é sério! Um dia é roubo de soja, outro dia é roubo de milho, é o abate de gado que fazem para vender nas cidades próximas e os sem-terra estão com os problemas lá, passando dificuldades, passando fome! Os líderes, esses sim, parecem que estão no caminho, e ficando bem, tendo os recursos necessários da venda dos produtos que os agricultores e produtores rurais do nosso Estado do Paraná fazem!

Deixo aqui o alerta a todos nós: está descambando essa ação do movimento sem-terra para o lado ruim; os produtores rurais do nosso Estado que estão tendo suas propriedades invadidas, estão se preparando para não deixar que isso aconteça novamente, e não é o que nós queremos, não queremos a violência no campo, queremos sim uma solução para esse sério problema social do nosso país!

A solução foi ventilada durante a campanha eleitoral pelo presidente da República eleito, e também pelo governador do Estado do Paraná, que cantou nos quatro cantos que soluções traria de imediato para os problemas sociais do nosso Estado e os problemas estão aí!

O alerta está dado. Espero que o governante maior da nossa Nação tome uma atitude rápida e o governador, que cumpra as determinações judiciais fazendo com que a lei seja cumprida no nosso Estado. O Governo tem que ter autoridade porque, sem ela, vamos ver o descumprimento da lei e não é isso que queremos no nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Hermes da Fonseca.

O SR. HERMES DA FONSECA

Senhor presidente, senhores deputados.

A imprensa publica hoje na Gazeta do Povo, um tema que vai ensejar um grande debate nesta Casa, aliás, o tema é provocativo; é preciso que nós deputados, passemos a debater essa questão: “Deputados estão sem projetos para votar”.

Esta Casa não foi feita somente para votar projetos, não podemos ser pautados para dizer que só se pode votar projetos nesta Casa. Esta Casa é a casa do grande debate público da sociedade do Paraná, essa é a grande função. Tem grandes temas que poderiam ser debatidos aqui à exaustão, e não o são, porque não há interesse, porque a cultura que se implantou na história do Parlamento do Paraná foi de que a Casa só funciona se tiver projetos para votar!

Aí, vem a enxurrada de projetos de utilidade pública, de projetos de leis autorizatórios que não existem em nenhum Parlamento deste País!

A matéria diz que um projeto do presidente da Comissão de Constituição e Justiça acabou com os projetos autorizatórios.

Ora, isso é uma grande desinformação! Quem passou essa informação à imprensa, não conhece o Regimento da Casa; não o lê e não está interessado em mudar o Regimento da Casa, precisa ser mudado! E antes disso, o que precisamos fazer? Se quisermos resgatar as nossas prerrogativas de mandato parlamentar do Poder Legislativo, nós temos que alterar a Constituição do Estado do Paraná, que veda algumas ações do Parlamento. É exatamente uma Constituição arcaica, obsoleta, que precisa ser revista, e cabe a este Parlamento iniciar a sua revisão.

O projeto de iniciativa deste deputado não foi para cercear ou para acabar com os projetos autorizatórios. Nunca existiu no texto do Regimento Interno ou da Constituição, a figura do projeto autorizatório. É uso e costume desta Casa! Não existe!

É preciso revisar o Regimento, ler o Regimento, porque ninguém acabou com nada! O nosso projeto foi criar uma alternativa para ampliar o debate nesta Casa, e criamos, através de uma emenda regimental, a figura da indicação legislativa que permite que qualquer Parlamentar possa propor aos órgãos constituídos nas mais diversas esferas, tanto na esfera municipal como estadual e federal, ações de interesse da comunidade.

Esta é a diferença. Ninguém acabou com projeto autorizatório, aliás, ele nunca existiu e quem criou não assinou a sua autoria.

Portanto, é preciso que fique claro, e eu quero abrir esse debate mesmo. Hoje. Este pronunciamento é para provocar o debate.

Esta Casa não pode ser medida por votação de projeto. Primeiro ponto. Aonde diz, no Regimento, que tem que ter projeto para votar todo dia?

Isto aqui é um Parlamento! É o Fórum dos grandes debates que interessam ao Paraná!

Outro dia fiz uma indicação propondo ou sugerindo ao governador a implantação da energia alternativa no Paraná, da bioenergia e hoje está acontecendo um fórum, lá em Londrina, o 1º Fórum sobre o Biodiesel no Paraná, sobre a bioenergia.

Nós provocamos esta Assembléia para dar apoio a um projeto do Cefet-PR, para transformar numa universidade tecnológica. O Paraná tem uma só universidade enquanto os outros Estados têm várias.

Por que a Assembléia Legislativa como um Poder, não se associa ao Governo do Estado? À Bancada Federal, à comunidade do Cefet na busca de mais uma universidade? Este é um grande debate.

Votar projeto, nós vamos votar sempre! Agora, nós vamos votar projetos que possam se tornar em leis, que tenham eficácia. Não adianta votar, transformar em leis que sejam inócuas, que não tenham efeito nenhum.

E o Paraná precisa, antes de tudo, e esta Casa fazer junto com a revisão constitucional, junto com a revisão do Regimento, fazer a consolidação das leis que existem no Paraná, para que não se continue apresentando projetos de lei que dizem respeito a inúmeras leis aprovadas e que até agora não foram postas em prática neste Estado!

Portanto, este é o convite que faço a todos os parlamentares: vamos debater esta questão, e vamos, na mudança do Regimento, antes de se preocupar com projeto autorizatório, temos que nos preocupar em reduzir o número das Comissões. Nós temos dezessete comissões, e, em cinquenta e quatro deputados, não temos deputados suficientes para compor todas! Será que é por isso que elas não funcionam habitualmente?

Precisamos reduzir o número de Comissões, precisamos abrir um espaço de debate efetivo. Nós precisamos definir quais são as sessões de debate e quais são as sessões de votação para que não caiamos novamente no vício da repetição de leis e mais leis que na prática não têm nenhum efeito, a não ser o efeito demagógico, de prestar contas ao nosso eleitor.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado André Vargas.

Antes, porém, pela ordem, o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, quero apenas e tão somente fazer uma homenagem à jovem Bruna Colósio, que conquistou uma medalha de ouro para o Brasil nos Jogos Panamericanos de Santo Domingo, na modalidade de Tênis de Dupla.

Esta jovem é da cidade de Cascavel, e, naturalmente, toda a comunidade do Oeste do Paraná, notadamente a de Cascavel, encontra-se feliz pelo desempenho do Brasil nos Jogos Panamericanos, uma vez que o Brasil se fez presente neste evento, com uma grande delegação, a maior da história dos Jogos Panamericanos que está fazendo jus, conquistando um recorde de medalhas. E o Paraná, que já teve, na modalidade de ginástica, as nossas garotas de Londrina conquistando três medalhas de ouro, pessoas de Guarapuava conquistando medalha de prata no tiro ao alvo e também outros atletas do Paraná, conquistando medalhas, enriquecendo o nosso esporte, enaltecendo o nome do nosso País, passando para trás o Canadá, a Argentina, enfim, todos os demais países, e estamos apenas atrás de Cuba e dos Estados Unidos.

Por isso, quero nesta tarde fazer essa homenagem justa à jovem Bruna Colósio, representante da cidade de Cascavel, que em dupla conquistou a medalha de ouro na cidade de Santo Domingo, e isso, naturalmente, não é um efeito fantástico e maravilhoso apenas e tão somente para o Brasil, como ao Paraná, mas sobretudo para o Oeste do Estado, para Cascavel, que se encontra extremamente feliz por essa grande conquista.

Era esse o registro, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra, então, o deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

É com alegria que retorno a esta Casa! Passei um período de licença médica na primeira semana, mas nesse recesso, em função de tratamento de saúde, até a fim de colaborar na reforma do Regimento, pude, em função da recuperação e estando em casa, observar o funcionamento da Câmara Federal.

As comissões da Câmara Federal funcionam ativamente, de forma pública, de forma a debater todos os assuntos e o número de comissões, de fato, é um número muito menor. Talvez essa seja uma sugestão que perdure para nós, a fim de que os deputados possam participar de uma comissão apenas, não tendo necessidade de se dobrar em inúmeras, porque o trabalho delas é de fundamental importância, já que os pareceres, quando chegam ao Plenário, o debate é um pouco mais espremido pelo tempo, usando uma terminologia popular.

Não pude estar presente no início dos trabalhos, portanto, faço uso da palavra para dizer que neste segundo semestre, e acho que há a compreensão geral, teremos assuntos de relevante importância.

Acompanhei também a crise na Saúde, a crise das UTI's. Proximamente, no dia 19, teremos aqui no Paraná o ministro Humberto Costa assinando o credenciamento de cento e vinte e duas UTI's no Paraná. Será também discutido um programa de implantação, modernização dos hospitais do Estado do Paraná, já que Ponta Grossa, Maringá, Londrina, Curitiba, são centros de excelência

médica e sofrem por conta do acúmulo das regiões e cidades que poderiam ter uma infra-estrutura mais adequada.

E, portanto, falava agora o deputado Marcos Isfer: debateremos o orçamento, o PPA. Estamos vendo o Governo Federal fazendo debates no interior do Brasil. Acho que seria de fundamental importância, dentro dessa linha das comissões, que fôssemos ao interior do Estado do Paraná debater o orçamento público, debater a questão da saúde pública, do ponto de vista do orçamento, tentando - já conversava com o deputado Luciano Ducci, e o governador já se comprometeu, reafirmou aquilo o que nós reafirmávamos aqui: que o governo anterior deixou de aplicar um bilhão e vinte e nove milhões de reais em saúde pública, mas que daqui para diante nós tenhamos a reconstituição, a recuperação da aplicação da Emenda Constitucional 29, objeto de Emenda da LDO derrotada, fruto de um entendimento que tínhamos da recuperação desse processo. Há um projeto de lei tramitando nesta Casa, que precisa e urge a sua aprovação, falando de um compromisso que nós do PT historicamente temos, de aplicar na educação e na saúde aquilo que a Constituição prevê.

Portanto, se o governo federal está cumprindo com as suas obrigações, olhando pelo Paraná na área da saúde, na área do saneamento - proximamente teremos uma universidade federal, transformando o Cefet em universidade federal, fruto do esforço dos deputados Irineu Colombo, Welter, da deputada Luciana, do deputado Pedro Ivo, de inúmeros deputados, deputado Alex Canziani. Portanto, que nós tenhamos a condição de, no orçamento público do Estado do Paraná, recuperar aquilo que é irrecuperável, mas fazer um esforço determinado para aplicar nas áreas básicas: educação, saúde e segurança, todo o recurso a fim de que os prefeitos possam ter o atendimento necessário às suas demandas.

Vale dizer que, levantamentos feitos por especialistas, dizem que os municípios e a União têm aplicado aquilo que a Constituição determina na área da saúde. Quem não o fez foi o governo do Estado; estamos mais tranquilos. Mas, enquanto o poder independente é autônomo, temos que estar atentos para que no orçamento público tenha, no mínimo, como diz a Constituição, 12% para a área da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra, o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Uso esta tribuna para fazer o registro de dois eventos que participei ontem à noite e hoje pela manhã. O primeiro, foi na cidade de Foz do Iguaçu, do nosso dileto companheiro, Dobrandino Gustavo da Silva, na companhia do prefeito e de seu filho, acompanhando o ex-deputado, secretário da Agricultura, vice-governador do Estado, Orlando Pessuti, que tinha um compromisso, em

Foz do Iguaçu; representar o governador Roberto Requião no II Congresso Mundial sobre a Agricultura Conservacionista.

Lá, tivemos o privilégio e a oportunidade de conhecer e de tomar contato, com o que foi a iniciativa de trinta anos atrás, de um grupo de pessoas, ou melhor dizendo, Dobrandino, de dois agricultores, um da região Sul e um da nossa região, a cidade de Rolândia, que se aventuraram e acreditaram que plantando sobre a palha da cultura recém-colhida, eles poderiam estar preservando o solo, permitindo ou impedindo que os rios e os córregos recebessem um número excessivo de material suspenso e com isso aumentando a produtividade e aumentando por conseguinte também a preservação e a longevidade do nosso solo.

Deputado Augustinho Zucchi, V. Exa. que é agrônomo com certeza se apaixonaria pelo que ouvi e pelo que está ocorrendo; mais de setenta países da África, da Ásia e das Américas acorreram a Foz do Iguaçu, para acompanhar e ver as conquistas que o Paraná, em particular, e o Brasil, fizeram nesse campo.

Nós, que cultivamos 42 milhões de hectares, dos quais 17,5 hoje recebem a prática preservacionista da cultura sobre a palha.

De lá fui para o meu destino, Londrina, minha cidade, minha região, como a do André Vargas, da Elza, que infelizmente não puderam estar lá, hoje pela manhã, na companhia do Pessuti, que deu abertura ao primeiro seminário de biodiesel do Estado do Paraná. É a revolução que temos, caminhando.

Na minha avaliação é a melhor proposta que a sociedade dá à escassez do petróleo e da energia de origem não renovável. É a melhor e a mais importante resposta que os nossos pesquisadores, as nossas universidades, os nossos institutos dão em relação à preservação e a redução da emissão de poluentes no ar. Lá contamos, além do próprio Pessuti, com o nosso secretário Aldir Rizzo, da Ciência e Tecnologia, Luiz Eduardo Cheida, nosso secretário do Meio Ambiente, por conseguinte ex-prefeito da cidade de Londrina. Ainda, com a presença de José Valter B. Vidal, ex-secretário do Ministério da Ciência e Tecnologia, por três vezes criador, fomentador, idealizador e, com certeza, o grande responsável pela implantação do Pró-Álcool, um projeto que, se não fosse a desídia da nossa intelectualidade, se não fosse a desídia também dos setores produtivos, nós teríamos um grande programa em atuação.

Mas não é só o biodiesel, não é só da cana, não é só da soja, é uma infinidade de matérias-primas que nós poderemos estar tirando, retirando, extraindo o óleo diesel, como do próprio girassol, da casca do bagaço de cana, do coco, do babaçu, enfim, uma infinidade de matérias-primas que estão à disposição, encontradas em larga parte do nosso país, que com seu uso racional poderemos fazer com que o país possa se livrar da dependência do petróleo, o que hoje não é grande, mas o que determina a sua dependência e importação, é justamente a demanda

de diesel, que poderá ser suplementada pelo biodiesel, melhorando o índice de poluição, melhorando, sobretudo, a distribuição da renda.

Qualquer pequeno, micro-empresário rural poderá estar produzindo óleo na sua propriedade, estimulando o comércio local, permitindo a geração de renda, e permitindo, sobretudo a sua distribuição, porque o país não tem problema de produção de PIB. Nós temos um problema grave que é da distribuição. Por isso somos considerados o país mais injusto, porque não conseguimos fazer a distribuição do que é gerado, do que é produzido e com este programa, com certeza, nós estaremos facilitando e possibilitando a sua distribuição. E tenho muito prazer e satisfação em dizer que neste projeto também estão engajados o Tecpar, a Universidade Federal, a Embrapa, Iapar e muitos outros, como as cooperativas e outros órgãos de pesquisa da iniciativa privada.

Espero que nós possamos dar o exemplo a partir do Paraná, tanto da preservação do ambiente, como da busca de alternativa às fontes energéticas àquelas não poluentes.

Muito obrigado, senhor presidente, pela paciência no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

O horário do Grande Expediente estava solicitado e aprovado aqui no dia 24 de junho, a pedido do deputado Rafael Greca, o uso da tribuna pelo Dr. Luiz Negrão Dias, que é superintendente do Hospital Erasto Gaertner.

Como ele não pôde comparecer, tendo em vista impedimento de última hora, parece que uma ocorrência médica, nós então vamos dar a palavra ao deputado Rafael Greca de Macedo.

O SR. RAFAEL GRECA

Senhor presidente, senhores deputados.

Como já disse o presidente da Assembléia, era nosso entendimento trazer hoje aqui o Dr. Luiz Negrão Dias para abordar a questão do Hospital Erasto Gaertner e da dificuldade de cotas de internamento para as pessoas do interior nos hospitais da capital do Estado, sobretudo na especialidade de oncologia. Mas o ilustre médico teve dificuldade por ocorrência médica de emergência e pede que esta data seja transferida para outra ocasião.

Eu, como não sou habilitado para falar de assunto tão especializado, vou usar este horário para falar de quatro projetos de lei que estou encaminhando para apreciação da Comissão de Constituição e Justiça da Casa e para votação, se a Comissão assim o entender, no plenário desta Assembléia. Quatro projetos que eu entendo, junto com outro projeto que já apresentei, podem materializar um programa de "Violência Zero".

São eles: o projeto que cria o seguro-reemprego para ex-detentos, que saiam das penitenciárias do Estado do Paraná- o projeto que impõe o perdimento de bens apreendidos, ou seja, de armas, em favor do patrimônio público estadual, porque a cada mês 300 armas são apre-

endidas no Paraná - são 3600 por ano e estas armas vão para o Exército, que as destrói. Poderiam perfeitamente equipar a polícia, à maneira do que já se faz em Minas Gerais.

O projeto que obriga escritórios-modelos de assistência judiciária dos cursos de Direito das nossas Universidades Estaduais a manterem plantão criminal segundo os critérios que determina.

E o projeto que institui a adoção de medidas urgentes nos casos de prisão em flagrante, segundo critérios que determina.

São quatro projetos de lei, porque a Constituição, no seu artigo 25, diz que são reservadas aos Estados as competências, que não lhes sejam vedadas pela Constituição. A questão do seguro-desemprego, eu observei pessoalmente, quando na campanha eleitoral eu andava em uma rua da Vila São Pedro, aqui, em Curitiba. Encontrei um rapaz, um eleitor, fui abordado por ele na minha condição de ex-prefeito, que andava na rua a pedir voto para ser deputado estadual, - na época eu ainda era deputado federal. E esse rapaz, bem vestido, me disse que há dois anos tentava conseguir um emprego, desde que havia saído da penitenciária que não devia nada para a sociedade, que já havia cumprido a sua pena. Disse que havia sido injustamente acusado e injustamente encarcerado. Julgado como culpado havia sido preso. E agora, livre, continuava preso da antiga pena ou da antiga fama. E preso ainda da necessidade econômica de não arranjar emprego. Tentava tirar documentação e carteira de trabalho. E quando queria ser taxista em Curitiba, ia pedir um emprego, ninguém lhe dirigia a palavra ou quando lhe dirigiam e viam a condição de ex-detento, lhe negavam o emprego.

É de se perguntar se a violência não acontece exatamente porque as penitenciárias além de serem ninhos de cobras e de serem espaços onde o mal se paga com o mal; e o bem se multiplica fazendo das penitenciárias academias para mal e mal cada vez maior. Não se coloca nas penitenciárias um programa de verdadeiro aprendizado para o bem e para o futuro.

Não era o caso de essas pessoas saírem já reempregadas, ou pelo menos com seguro-reemprego com os recursos do FAP, para que o Padre Roque não fique só a deitar sermões no vazio, ou não fique só a aplicar o nada na sua Secretaria de Ação, ou de Promoção Social.

Não é o caso de tentarmos o novo, aqui, no Paraná, para que não seja o Padre Roque herege da sua própria crença de salvar gente, segundo o Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo?

Então, proponho o super seguro-reemprego no Paraná, para os ex-detentos, para que as pessoas já saiam com a sua carteira de trabalho e asseguradas por um tempo, para que já saiam marcadas para viver, que já saiam asseguradas para sobreviver. E não saiam reféns de traficantes, ou quadrilhas ou PC5, porque a leitura da história italiana, por exemplo, mostra que a máfia só prosperou quando o rei das duas Cecílias, tendo saído de Nápoli

e tendo acabado o poder dos barões locais nos lugares miseráveis da Calábria e da Cecília, deixou os pobres ao sabor dos bandidos, que, em sendo ricos, passaram a sustentar os despossuídos. Não imagino que seja diferente nas favelas do Rio de Janeiro ou aqui nos valetões de Curitiba e da Região Metropolitana. Por isso esse seguro-reemprego.

O segundo projeto, é óbvio, se a polícia não tem armas ou se faltam armas para a polícia, por que é que as armas são destruídas ou por que é que são - por baixo do pano - entregues aos soldados para servirem clandestinamente a maus propósitos? Por que é que não são imediatamente apropriadas pelo Estado e não passam a servir à própria polícia para equipar a polícia de maneira lícita como a sociedade pretende?

O terceiro projeto institui a adoção de medidas urgentes nos casos de prisão em flagrante. Porque na delegacia do Bairro Novo quando as pessoas são roubadas na periferia de Curitiba, me contou um sargento da polícia, a pessoa roubada ainda fica a 5 horas sentada esperando que o “doutor delegado” volte da praia, ou apareça como autoridade, para que se lavre o flagrante. A vítima, humilhada pelo roubo ou pelo crime que acabou de sofrer na condição de vítima, ainda tem que esperar que as autoridades - como se fossem meirinhos do Rei, do tempo de dona Maria I ou de João VI, voltem do seu pedestal de autoridades e apareçam na delegacia no meio da tarde de sábado ou de domingo. Estou propondo que deixar de atender ou proceder o atendimento de flagrante delito, deixando transcorrer mais de uma hora após ter sido contatado, a penalidade de suspensão de dois a dez dias e que deverão os juízes e delegados de plantão encarregados dos pedidos de *habeas corpus* arbitramento de fiança, pedido de prisão preventiva, relaxamento de prisão, permanecerem nas dependências das respectivas repartições no período escalado para esse mister, sob pena de responderem por falta grave sem prejuízo das cominações legais.

Ora, o médico fica no hospital no dia de plantão; o hoteleiro fica no hotel; o padre fica no confessionário; o pastor fica na igreja. Por que é que o delegado não pode ficar na delegacia pelo menos um domingo por mês, um sábado por mês? Tem que ficar em Caiobá, o delegado do Bairro Novo. E o povo tem que esperar que S. Exa. venha para atendê-lo: é procedimento incorreto.

E o último projeto, porque a Constituição diz: “O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos e nós só temos defensoria pública em Curitiba, na Rua Cabral na frente da fonte “As Mocinhas da Cidade”. Ali, onde a água que lembra Belarmino e Gabriela, lava a vergonha dessa sociedade injusta. Por quê, por que é que não fazem escritórios de assistência jurídica gratuita com essa moçada das universidades estaduais dos cursos de Direito de todo o Paraná, pelo menos nas cidades onde as universidades estão? Se as Universidades de Londrina custa 500 mil reais por dia, a de Maringá 350 mil por dia, a de

Ponta Grossa 310 mil reais por dia, bota esse povo para trabalhar, fazendo pelo menos escritórios que dispensem justiça para o nosso povo.

Então, são quatro projetos de lei, que, agregados ao outro que dorme aqui nas Comissões, porque já passou-se um semestre sem que os meus projetos de lei saiam das comissões da Casa, inclusive um outro que propus também, que estabelece o regime seriado para as escolas públicas do Paraná, que espero ver votado antes do final do ano.

Outro projeto que propus é o de detentores de metais nos fóruns, nos ônibus e nos espaços públicos do Paraná, porque já está morrendo gente com balas perdidas em todos os lugares aqui de Curitiba e do Paraná. Esses cinco projetos de lei, podem dar ao nosso povo, uma perspectiva, um arcabouço de defesa, ante o quadro de violência que se materializa.

Senhores deputados, senhoras deputadas, senhor deputado Augustinho Zucchi que nos preside nessa Sessão.

A virtude dos deputados, a virtude da Assembléia, até pelo que disse o presidente Hermes da Fonseca, da Comissão da Justiça “está na produção legislativa, sim; está na discussão dos grandes temas; está em a Assembléia sintonizar-se com os anseios da sociedade; está em a imprensa prestar atenção no que vai dentro da Assembléia; está na sociedade cobrar da Assembléia; dos deputados e do Governo a ação.” Porque somos o bem que fazemos. Quando fazemos o bem, nós existimos, porque senão, nós só cumprimos tempo. Nós apenas duramos. E nós não fomos eleitos para durar. Nós fomos eleitos para fazer, para existir, para servir.

Portanto, apelo que esses projetos andem céleres nas comissões, venham para ser votados, sirvam ao governador Requião, para que o Paraná venha, entre os Estados da Federação, diminuir a violência e acelerar o serviço do povo. O nosso povo veio ao mundo para ser feliz, e a felicidade do povo depende da virtude dos que pelo povo foram eleitos.

Essa era a primeira parte do meu pronunciamento. A segunda parte, é um convite às senhoras deputadas, aos senhores deputados, para o dia 29 de agosto. Será uma sexta-feira às 10h00 da manhã, é o dia “dos 150 anos da criação do Paraná.” Nós faremos um programa de televisão, transmitindo para todo o Paraná, deste plenário. E uma Sessão Solene comemorativa dos “150 anos da Lei Imperial,” que criou o Paraná. Será criada uma medalha com o nome de cada um dos senhores deputados, para celebrar esse fato. É muito importante que todos anotem nas suas agendas, a presença aqui na Assembléia, porque seria dano histórico para suas biografias não estarem presentes na Sessão Solene dos 150 anos do Paraná.

Deve vir um representante da Casa Imperial brasileira. A lei que criou o Paraná virá até o plenário trazida do Arquivo Público Nacional. Dona Flora Munhoz da Rocha deve vir ler uma mensagem. E nós estamos imaginando, esculpida pelo escultor Ricardo Toddi, uma

moeda, um medalhão, que terá na cara uma criança nascendo com os 399 municípios, a data dos 150 anos, o nome do governador Requião, de cada um dos deputados e o nome do presidente Lula. E na coroa, o nome de Zacarias de Goes de Vasconcelos e do Imperador D. Pedro II. A cara, é a de Lula, a coroa, a de D. Pedro II. O Brasil Imperial, o Brasil do presidente metalúrgico. A mobilidade social, a transformação social admirável do Brasil, o Paraná admirável que herdamos, aquilo que somos e aquilo que fizemos. Tudo o que se fez aqui em tão pouco tempo, considerando que civilizações já duram seis mil anos, no mundo.

Então, quero pedir, encarecer a presença das senhoras e dos senhores deputados no dia 29 de agosto. E também vejo sobre a mesa, data marcada para, às cinco horas da tarde, ser a ocasião da entrega da cidadania honorária do Paraná ao ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu.

Então, peço aos deputados que não marquem viagem para suas bases nesta sexta-feira.

Era isto o que eu tinha a dizer. Está ocupado o Grande Expediente. Muito obrigado, senhor presidente.

Concedo aparte ao líder Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Gostaria que o deputado Rafael Greca, se fosse possível, no tempo, pudesse discorrer um pouco sobre a programação dos 150 anos. No dia 29 tem este ato, mas tem uma programação que está sendo pensada. E se o senhor pudesse recuperar nossa memória, do conjunto desta programação, do que já foi idealizado.

O SR. RAFAEL GRECA

Com prazer. Quanto tempo ainda?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Tem 11 minutos e 10 segundos.

O SR. RAFAEL GRECA

Em pouco tempo eu falo. No dia 29 de agosto abrem as comemorações. Na verdade, abrem na véspera, porque dia 28 às seis horas da tarde, na Catedral de Curitiba, o Movimento Pró-Paraná manda celebrar uma missa gratulatória pelo arcebispo de Curitiba e os arcebispos do Paraná. Essa missa, depois, será transmitida pela televisão, no domingo, para todo o Estado. Dia 29, abre aqui a comemoração, com Sessão da Assembléia. Há um concurso de redações, feito pelo espaço cultural Glaser, com toda rede estadual de ensino e nos níveis médio e universitário, que está em curso pela internet, e através do jornal A Gazeta do Povo; há a previsão de um jogo de futebol no dia 19 de novembro entre a seleção do Brasil e a seleção do Uruguai, jogo este viabilizado pelo governador Roberto Requião e que se dará aqui em Curitiba, já como eliminatória da Copa do Mundo; disputando a taça do sesquicentenário do Paraná, há um campeonato de futebol com todas as modalidades, a amadora e a profis-

sional; também tem a taça do sesquicentenário junto da Federação Paranaense de Futebol, que já está transcorrendo.

Nós vamos recolher as sugestões da sociedade civil em reunião na terça-feira anterior ao dia 29, se não me engano, dia 25 de agosto. Mas, a programação envolve a edição de um livro sobre o panorama da paisagem paranaense, desde os primórdios da pintura até a pintura contemporânea. É uma reedição de um algum, que já foi feito ao tempo do governador Ney Braga, a edição de uma antologia da literatura paranaense, uma seleta feita por acadêmicos da Academia Paranaense de Letras, a edição de um gibi sobre a história do Paraná, que será disponibilizado a todos os deputados, para distribuição em todas as cidades do interior. Esse gibi, nos moldes daqueles "curitibinha", que havia à época dos 300 Anos da cidade, vai ser, um de conteúdo pedagógico, sobre a formação do Estado, será impresso aqui na Assembléia, e cada deputado terá um reparte para fazer a distribuição no interior do Estado; há uma programação toda de música, do âmbito do Teatro Guaíra, com uma série de concertos, com a Orquestra Sinfônica do Estado. Há um grande concerto de Karl Off, com o oratório Carmina Burana, para o mês de novembro, com três grandes apresentações. Há a perspectiva de um grande desfile comemorativo, a ser feito nas principais cidades do Estado, só que o dia terá que ser 15 de novembro, que é um sábado, que não pode ser 19 de novembro, porque as escolas já não funcionam nessa ocasião. Tem que ser antes da data do centenário propriamente dito.

Nós imaginamos para 19 de dezembro uma grande concentração popular, uma grande celebração musical e cívica de véspera de Natal e de 150 Anos, aqui na frente do Palácio Iguaçu, na sexta-feira, 19 de dezembro. Isso se daria daí ao cair da tarde e, se houver a possibilidade de captação de recursos até que o espetáculo pirotécnico com as Cataratas do Iguaçu, na fachada do Palácio e da Assembléia, em fogos de artifício.

A idéia é apropriar a música, a literatura, a pintura, a poesia, o saber dos paranaenses e, também, ouvir as sugestões da população. A programação tem sido discutida com a comunidade, em aberto nas reuniões aqui, no plenarinho, e ainda, no dia 15 de agosto, nós temos oportunidade de colher mais sugestões.

Com o aparte o deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni

V. Exa. está coordenando isso para a Assembléia ou para o governo?

O SR. RAFAEL GRECA

Não. Eu estou fazendo essa coordenação no âmbito da Assembléia, mas nas reuniões da Assembléia tem vindo a secretária da Cultura, que faz a coordenação no âmbito do governo, e tem vindo também o desembargador Renato Pedroso, que faz a coordenação no âmbito do Judiciário.

Eu esqueci de dizer que o Judiciário imagina uma edição de um livro e uma grande exposição das oito primeiras Comarcas do Estado, no dia 08 de dezembro, porque eles estão muito adiantados na parte de pesquisa histórica, da História do Judiciário do Paraná. Nós imaginamos também, uma exposição histórica do Palácio Iguaçu, no Salão Nobre, aonde está o quadro da Instalação da Província.

Por que lá? Para abrir o Palácio do Governo para o povo, e para não tirar o quadro do Theodoro de Bonna do local, porque ele é de proporção gigantesca e poderia ser danificado se fosse transportado para outro local.

O Sr. Ângelo Vanhoni

As reuniões estão sendo feitas em qual dia?

O SR. RAFAEL GRECA

Sempre nas terças-feiras; são publicadas as convocações pelos jornais, às 5 horas da tarde, no Plenarinho.

V. Exa. tem sido convidado como membro.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Eu não posso participar. A sugestão que eu faço, talvez o deputado Reni corrobore com essa sugestão, é agregar nessa reflexão dos 150 anos, eu acho que algo na cidade de Paranaguá, sobretudo na cidade de Paranaguá era necessário.

O SR. RAFAEL GRECA

A Assembléia aprovou um requerimento sugerindo ao governador Requião, que mude o governo por um dia, para Paranaguá, em memória da gestão, tanto da Câmara de Paranaguá que num momento do início do século XIX, e, também no momento do juramento da Constituição do Reino de Portugal-Brasil e Algarves em 1921, lá se ouviu pela primeira vez o grito de separação de São Paulo. Isso porque São Paulo exigia de Paranaguá, que as cartas não fossem embarcadas senão por São Paulo. Nenhum navio podia sair de Paranaguá para o mundo; tinha que ir de Paranaguá para São Paulo, no tempo colonial.

A Câmara de Paranaguá fez uma proclamação nesse sentido. Até escrevi ao presidente da Câmara de Paranaguá na ocasião do aniversário de Paranaguá, que transcorreu agora.

O governador deve fazer o que fizeram o Dr. Caetano Munhoz da Rocha, em 1903, e o Dr. Bento Munhoz da Rocha, em 1953: mudaram o governo para Paranaguá, para prestar uma homenagem à memória dos parnanguaras que sonharam com uma província independente, antes que o nome Paraná fosse sequer imaginado.

O Sr. Ângelo Vanhoni

E de Paranaguá, o caminho é o que o deputado Reni Pereira vai abordar.

Fica aqui a nossa contribuição, mas V. Exa. já está se preocupando com isso.

Muito obrigado!

O Sr. Reni Pereira

Gostaria primeiramente de lhe cumprimentar pela desenvoltura e competência que lhe é peculiar. Tenho acompanhado pela imprensa todo o seu carisma na questão do sesquicentenário e as comemorações.

Como o deputado Ângelo Vanhoni falou, Paranaguá é o nosso berço. Temos aqui o deputado Dobrandino, temos Foz do Iguaçu que é o cartão postal, não só do Paraná mas do Brasil, quiçá também da América Latina.

Gostaria de sugerir que se levasse em consideração que essas comemorações, e V. Exa. representando a Assembléia Legislativa nessa comissão que está cuidando das comemorações, que considerasse todo o interior do Estado do Paraná, não só defendendo Foz do Iguaçu, para que o povo do Paraná possa ter avivado essa festividade, porque o Paraná não é só Curitiba, o Paraná, graças a Deus, é composto por uma miscigenação de raças, e temos várias regiões que contribuíram muito.

Gostaríamos de ver a nossa Foz do Iguaçu incluída nesse sesquicentenário, principalmente porque somos o cartão postal do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado!

O SR. RAFAEL GRECA

Um dos traços do meu caráter é o de ser um provocador. Fiz o discurso de propósito, para que provocasse nos senhores deputados a vontade de cada um sugerir na sua região a comemoração dos 150 anos.

Por exemplo: Foz do Iguaçu pode celebrar o Cabeza de Vaca, que no começo do Paraná chegou lá deitando raízes de fundação, ainda antes de existir o sonho de Paraná. O sudoeste precisa celebrar essas cidades tão novas que têm menos de 50 anos. E podem lançar marcos.

O Bento Munhoz da Rocha fez um homem gigante olhando para o Oeste. Por que não uma estátua, quem sabe, olhando para o mar? Olhando de volta para o oceano? Devolvendo o olhar, tipo: “nós cumprimos a missão”?

Na cidade de Francisco Beltrão se ergue uma imensa torre. Que se conclua, e que seja a torre do sesquicentenário.

As cidades do Norte do Paraná, Maringá tem 55,56 anos, Cianorte faz 50 anos este ano. São cidades que se povoaram com o milagre do café. De repente, essa festa pertence a todos nós, os aqui nascidos, os que aqui escolheram viver, porque é a festa de uma civilização nova.

Não pretendo eu ser o único dono da festa, porque a festa minha é lá em São Rafael das Laranjeiras, e o meu aniversário.

Essa festa do Paraná é em todo o Paraná. Dos contrafortes de Nossa Senhora dos Prazeres da Ilha do Mel, à fortaleza, até a barraca do grande rio, do Paranapanema até o rio que nasce onde eu nasci, o Rio Iguaçu, me desculpem os “catarinas”, que não é até o Rio Uruguai, isso

por conta da questão do Contestado e por isso, morreu o meu bisavô de desgosto, o velho José Ribeiro de Macedo, quando um arbítrio infeliz nos arrancou essas terras tão lindas dos pinhais que iam do Rio Iguaçu até o Rio Uruguai, que o Paraná perdeu em 1917.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Primeiramente, quero agradecer e parabenizar o deputado Rafael Greca pela coordenação desse trabalho e acho que faz justiça quando convoca os deputados para que no dia 29 de agosto possam participar dessa homenagem ao aniversário de emancipação política-administrativa do Estado do Paraná.

No Horário das Lideranças consulto a Liderança do PL se deseja fazer uso do seu tempo.

(Declina)

Consulto a Liderança do PSL.

Com a palavra o deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Tenho refletido muito, ultimamente, sobre o nosso papel como deputado na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e confesso a todos os senhores que fiquei bastante preocupado, e preocupado estou. Afinal de contas, o que estamos fazendo aqui? O que vamos dizer para o povo que estamos fazendo aqui?

Venho até com provas do nosso papel como deputado estadual. É claro que esta Casa não pode ser transformada numa indústria de produção de leis, é claro que esta Casa tem que discutir mais, é Parlamento, tem que “parlar”, tem que falar, tem que ir fundo nas grandes questões.

Apresentei como deputado, nesta Casa, vários projetos de lei, projetos esses que foram aprovados pelos companheiros e companheiras e que depois foram sancionados e tornaram-se leis. Tenho aqui a Lei nº 9.621 de 1991 que institui o Prêmio Estado do Paraná, foi aprovado por todos os deputados, sancionado pelo governador.

Até faço uma sugestão ao nobre deputado Rafael Greca para que utilize essa lei.

Apresentei, aqui, um projeto de lei autorizando o cadastramento de todos os deficientes físicos do Estado do Paraná e dando outras providências. Essa lei foi sancionada pelo Governo, Lei nº 9.625; não foi colocada em prática até hoje. Não estou culpando o atual governo e nem responsabilizando.

Também apresentei um projeto de lei autorizando o Poder Executivo a ceder às associações de moradores, legalmente habilitadas em todo Paraná, os módulos policiais que encontram-se desativados, mediante convênio com órgão competente. Essa lei também não pegou.

Apresentei um projeto de lei, que na época mereceu até as primeiras páginas dos jornais, proibindo em todo o território paranaense a comercialização de brin-

quedos que disparem projéteis através de pressão, bem como aqueles com características de armas verdadeiras. Resumindo: um projeto de lei proibindo a comercialização de armas de brinquedo no Estado do Paraná, a fabricação e o transporte. As armas de brinquedos estão sendo comercializadas aí, livremente! Esta lei também não pegou...

O que estou fazendo aqui?!

Apresentei um outro projeto de lei, olha o sentido da lei, na época aprovada por todos os senhores deputados: sobre a obrigatoriedade em todos os abatedouros e frigoríficos, do emprego de métodos científicos antes da sangria, que impeçam o abate cruel de qualquer tipo do animal destinado ao consumo. Quando o boi recebe uma pancada na cabeça, naquele momento ele libera toxinas na carne.

Esse método é ultrapassado! Esta lei também não pegou e foi aprovada e sancionada...

Apresentei um projeto de lei aprovado por esta Casa e sancionado pelo governo; na época fui chamado no Palácio porque o projeto era de muita importância: instituindo o selo verde como objetivo de identificar produtos e processos desenvolvidos, produzidos, fabricados e comercializados no Estado do Paraná, que não causam danos ao meio ambiente. Selo Verde.

A indústria que produz o liquidificador, se ela não polui o ambiente, esse liquidificador teria um selo.

Esta lei não pegou também.

E assim por diante; conceder descontos de 50% em eventos culturais e artísticos para doadores de sangue; aquele aparelhinho para colocar no cavalete da água para você não pagar pelo ar que vem. Parece que não pegou também.

O que estamos fazendo? Sinceramente, é uma autocrítica.

Ainda hoje eu falava com o deputado Nelson Justus: nós aprovamos um orçamento o ano passado aqui nesta Casa, discutimos esse orçamento, apresentamos emenda. Cada deputado poderia apresentar emendas no valor de um milhão e meio. Essas emendas foram aprovadas. O orçamento foi aprovado. E essas emendas serão pagas? E nós, vamos discutir de novo orçamento nesta Casa? Será que vamos apresentar emendas de novo e vamos dizer para o povo que nós estamos discutindo e apresentando emendas do orçamento?

A culpa não é do governo atual e nem do governo anterior. A culpa é de todos nós. Nós não estamos nos impondo, não estamos gritando!

O governador Requião está no papel dele. E ouço companheiros dizerem assim: “Mas, você acredita em Papai Noel? Você acha que o governador vai atender às emendas que nós apresentamos aqui”? Eu digo: “Eu acredito”!

Posso conceder um aparte ao deputado Ratinho?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Lamentavelmente sou obrigado a dizer que não, porque V. Exa. já extrapolou em 4 minutos o tempo, senão não vamos terminar o Horário das Lideranças.

Sugiro ao deputado Ratinho Júnior, que utilize o horário do seu Partido para que possa fazer a sua colocação. Se contar com a sua compreensão, imensamente agradeço.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Deputado Ratinho, fico em dívida com V. Exa..

O SR. RATINHO JÚNIOR

Eu poderia ceder o horário do meu Partido ao senhor!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não pode.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Regimentalmente não é possível. Mas, agradeço aos deputados Marcos Isfer e Ratinho Júnior!

Obrigado, senhor presidente e obrigado, senhores deputados!

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, um dos motivos da frustração do experiente deputado Luiz Carlos Martins é justamente este nosso Regimento Interno que, com todo o respeito, temos que também segui-lo. Afinal de contas, esta é uma Casa de Leis, que permite alguns debates insossos e que em um momento tão importante como este que estou debutando nesta Casa, reputo talvez como um dos pronunciamentos mais importantes que eu já ouvi dentro desta Casa de Leis, e que infelizmente estamos aí com uma “camisa de força”, um Regimento Interno arcaico, totalmente extemporâneo e que é uma barreira para os debates importantes e até para o estado de letargia que lamentavelmente toma conta desta Casa.

Quero dizer que sou um dos deputados mais assíduos desta Assembléia. Até pelo meu noviciado, não faltei em nenhuma Sessão e hoje foi o primeiro dia que cheguei atrasado - oito minutos - até, porque infelizmente o meu nível de frustração com esta Casa de Leis está aumentando bastante.

Com esse Regimento Interno, com projetos indicativos, infelizmente estamos aqui fazendo papel de otários.

Quero só citar um exemplo que, em pleno recesso, fui praticamente expulso do meu gabinete. Já eram quase dez horas da noite e eu estava sendo ouvido pelo escrivão e pelo delegado que cuidam da investigação do meu atentado e, infelizmente, nós não podemos passar das oito horas da noite nos nossos gabinetes aqui, por uma outra questão que também não cabe agora ou até deveria ser um debate, mas que não quero tomar mais o tempo de V. Exas.

E gostaria, apenas, que pudéssemos aprofundar esse debate tão importante que o deputado Luiz Carlos Martins, tão experiente, inclusive dias atrás confidenciava a mim mesmo essa sua frustração, que eu comungo, e outros tantos deputados.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Barbosa Neto, acho que a vossa indignação é procedente, dentro da sua ótica.

Nós temos aí o deputado Vanderlei Iensen que responde pela Comissão da Reforma do Regimento e V. Exa. terá a oportunidade de colocar as suas sugestões nesse sentido.

Agora, nós tivemos aqui na Sessão de hoje, para discussão. O Horário da Liderança, na verdade, regimentalmente, é para fazer comunicação, mas para as discussões tivemos aqui seis inscritos no Pequeno Expediente, tivemos o Grande Expediente com trinta minutos e, infelizmente, eu gostaria até de poder dar um tempo maior para o deputado Luiz Carlos Martins que faz um pronunciamento que, com certeza, vai gerar discussão, mas enquanto não se muda o Regimento, temos que procurar cumprir o que aí está estabelecido.

Então, no Horário das Lideranças, está inscrito o deputado Ratinho Júnior, pelo PPS.

O SR. VANDERLEI IENSEN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Aproveitando que V. Exa. citou a respeito do Regimento Interno, queremos comunicar à Casa que hoje tivemos uma reunião com a comissão, a deputada Cida Borghetti, os deputados José Maria Ferreira e Hermes Fonseca, e estamos caminhando, fazendo a condensação dos trabalhos que foram realizados pelas equipes e logo, logo, estaremos abrindo um espaço, uma oportunidade para que todos os deputados possam opinar, trazer as suas sugestões para que possamos fazer realmente um Regimento Interno que seja de acordo com a vontade da maioria dos parlamentares desta Casa de Leis.

Por isso, informamos que estamos nos reunindo toda semana. O trabalho está sendo realizado, e temos certeza que virá a contento de toda Casa esse projeto, porque será apreciado por todas as Exas. que aqui estão.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Ratinho Júnior.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Na verdade eu iria fazer apenas um comentário sobre o discurso do deputado Luiz Carlos Martins e dizer-lhe, deputado, como é bom vermos uma pessoa do seu gabarito, com a sua experiência, com a sua bagagem política, vir aqui e falar o que o senhor falou. Muitas vezes pensamos que o jovem tem muito daquilo de ser, querer passar a perna, “a carroça na frente dos bois”, e

somos afoitos. Que bom saber que a visão de uma pessoa experiente também bate com a visão do jovem!

Eu tenho, por exemplo, um projeto autorizatório, não é nenhum projeto de lei, é um projeto autorizatório, na CCJ, que está há três meses tramitando nas Comissões e está em regime de urgência, mas até agora não passou na CCJ, não sei o que aconteceu; era para ter entrado agora, não entrou, novamente. Quer dizer, o que falta, na verdade, ao meu ver, é nós mesmos nos valorizarmos.

Eu vejo que esse negócio de projeto de indicação - com todo o respeito ao deputado Hermes da Fonseca que vem fazendo um bom trabalho na CCJ - na verdade, é muito fraco, porque está no nosso Regimento Interno, no artigo 128, parágrafo 3º, que projeto de indicação não tem necessidade de vir para o Plenário para debater, para ver a fraqueza do projeto de indicação.

Então, está na hora de a burocracia não ser tão importante quanto as leis e quanto as pessoas do Estado do Paraná, porque, enquanto ficarem travados em projetos autorizatórios ou projetos de lei, ou projetos de indicação, o povo está pedindo as leis e fica parado, por causa da burocracia.

Será que não chegou a hora de pararmos e começarmos a analisar como estão sendo os trâmites dentro desta Casa, se não dá para agilizar um pouco mais ou se podemos até reaver, porque muitas vezes a maior virtude de um homem é quando ele vê que erra. E está errado esse negócio de projeto de indicação: deixa tramitar normalmente um projeto autorizatório, foi um pedido nosso antes de entrar o recesso.

Então, deputado Luiz Carlos Martins, o senhor veio aqui e falou com muita bagagem, com muita experiência, com muita propriedade, e na verdade o que falta não é o governo estadual valorizar a Assembléia Legislativa, falta é nós começarmos a nos valorizar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Agradecemos a compreensão do deputado Ratinho Júnior que, não podendo conceder apartes, sobe à tribuna no horário do seu Partido.

PSB.

(Declina)

PP. Com a palavra, o deputado Luiz Nishimori.

O SR. LUIZ NISHIMORI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

É com muita alegria e satisfação que queremos fazer a manifestação de uma homenagem e registrar a realização de 14º Festival Nipo-Brasileiro de Maringá, segundo maior evento da cidade, e acreditamos que um dos maiores da comunidade nipo-brasileira.

Hoje pela manhã, o programa Mais Você, da Ana Maria Braga, mostrou ao vivo a parte cultural do festival, destacando os bonsais que hoje têm a criação liderada pelo senhor Romagnoli, empresário de Mandaguari, e também o taiko, que é o tambor japonês, tocado por

jovens de aproximadamente 15 anos. Tudo isso preservando o transmitindo desse modo a cultura japonesa.

Emociona-me muito quando falamos do Festival Nipo-Brasileiro, pois desde as primeiras edições estivemos participando destes eventos, que começou com muito idealismo e sonho, durante a gestão do prefeito Ricardo Basso, hoje deputado federal e também da nossa companheira Cida Borghetti, presidente da Provopar de Maringá, como voluntária, hoje, como deputada estadual, nesta Casa.

Através do festival, mostramos a cultura, os costumes e a educação japonesa e também comemoramos este ano os 95 anos da imigração japonesa no Brasil.

Deste modo convido a todos os presentes a fazerem uma visita, ao festival que estará sendo realizado até domingo, dia 17 de agosto, na ACEMA - Associação Cultural Esportiva de Maringá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No horário das lideranças: PSDB; PDT; PT; PMDB; Liderança da Oposição.

No Horário da Liderança do PT, concedo a palavra ao deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, o debate se abriu. Tivemos, depois da minha manifestação, várias intervenções, inclusive, o deputado Luiz Carlos Martins mostrou, sob uma metodologia diferente, a ineficácia das leis que são aprovadas aqui.

É por isso, que queremos realmente que esse debate venha para o plenário. O que não podemos aceitar na discussão, é a desinformação. O deputado que me antecedeu não leu todo o Regimento Interno, porque a indicação legislativa que foi proposta aqui e foi aprovada, por este plenário, compreende a apresentação da mensagem; a sua leitura é encaminhada à Comissão Temática, esta dá o parecer e vem para ser votado em plenário. Ela foi instituída para provocar o debate dos grandes temas, que nos interessam. Falar novamente e repetir em projeto autorizatório, isso é voltar aos tempos em que o Parlamento não tinha o que fazer.

Acho que temos que fazer muita coisa aqui. Temos que discutir o orçamento, como o deputado Luiz Carlos Martins falou; acompanhar a execução orçamentária, que nós aprovamos; acompanhar a execução do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas. Nós abrimos mão de tudo isso! Não fazemos nada disso! A principal função de um Parlamento é a Fiscalização dos poderes. Não queremos ser medidos e pautados pela imprensa e por terceiro, pelo número de projetos que são votados, aqui, em cada Sessão. Tem Sessão que não precisa ter nenhum projeto para votar. Tem Sessão que pode ser para o debate, da discussão. Vamos discutir um tema até a exaustão, para encontrar a melhor forma de apresentar uma mensagem de um projeto. Temos que inverter

esse processo. Ah, a Assembléia só votou dois projetos, ontem! Amanhã, a Assembléia não vai votar nenhum projeto ou tem só um! Será que o nosso papel é estar aqui apenas para votar, em um processo sucessivo, mensagem nº tal, projeto de lei de autoria do deputado tal, os favoráveis, permaneçam como estão, os contrários que se levantem? Não! Temos que mudar o nosso *modus operandi*. Temos que mudar o nosso comportamento, e aí passa primeiro pela revisão da Constituição do Estado do Paraná que está arcaica e superada em muitos pontos, inclusive no cerceamento das iniciativas deste Poder - segundo, de uma coisa que já está em andamento, está sendo pesquisado, já foi elaborado, nós estamos condensando o trabalho que a revisão do Regimento Interno da Casa, que é uma proposta de todos nós.

Agora, é inadmissível falar que no novo Regimento da Casa, que é uma proposta moderna, de avanço, de aperfeiçoamento do Poder Legislativo, nós queremos introduzir a figura de um ente que não existe em nenhum Parlamento do mundo. Vamos falar em leis, leis ordinárias, leis complementares, projetos de resolução, etc, etc, mas não vamos falar em projeto autorizatório que isto não cabe a nós.

O Estado não precisa de autorização nossa para fazer aquilo que já está autorizado a fazer no seu orçamento. Nós temos que aprender é que quando vier o Orçamento para ser debatido nesta Casa novamente, se nós tivermos uma proposta dentro de um plano de governo, dentro de um projeto de governo, dentro de um programa de governo para construir um posto de saúde na cidade de Colombo ou na cidade de Almirante Tamandaré ou na cidade de Curitiba, em qualquer localidade deste Estado, que nós coloquemos a nossa emenda no orçamento e depois, sim, na execução orçamentária, nós vamos cobrar a execução, cobrar do governo, porque aquilo é um programa de governo que foi inserido no orçamento, foi aprovado, está registrado.

Não adianta fazermos um projeto de lei, deputado Dobrandino, que já passou por esta Casa e está voltando, que autoriza o governo a construir um módulo policial na cidade de Foz do Iguaçu, se o governo já está autorizado para isso! Você autoriza e ele não constrói, e daí? Qual o seu poder de cobrar?

Então, é nesta linha de pensamento; não tenho nada pessoal contra nenhuma pessoa. Nós temos é que aperfeiçoar a ação do Parlamento. Esta é a nossa função primeira. Preocupar-se, primeiro, com a fiscalização dos Poderes - não é só fiscalizar o Executivo, não - o Judiciário tem orçamento que é aprovado por esta Casa - o Ministério Público igualmente, o Tribunal de Contas, igualmente. Nós temos que acompanhar e o próprio Poder Legislativo, por isso que nós temos uma comissão de Tomada de Contas aqui, de Economia e Finanças, de Orçamento e Finanças, que nós temos que na reformulação englobá-las, numa comissão só, e ver a execução orçamentária desta Casa também. Esta é a nossa função.

Agora, nós abrimos mão de nossas prerrogativas para o Tribunal de Contas, como se ele fosse todo poderoso, só ele, e nós não cobramos a execução do Tribunal de Contas que é um órgão constituído, estabelecido na Constituição como órgão auxiliar deste Poder, é um órgão técnico auxiliar deste Poder. Quem aprova ou desaprova contas é a Assembléia Legislativa. O Tribunal de Contas opina, dá o parecer a respeito da execução da sua legalidade. Agora, que tem o poder, quem teria que distribuir ou destinar a certidão ou qualquer norma liberatória para os municípios, por exemplo, seria esta Casa e não o Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas faz análise, analisa todo o processo e manda para esta Casa aprovar ou desaprovar. E aprovado, esta Casa...

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Se nós vamos falar em respeito aqui, tem que olhar o relógio, sete minutos o deputado...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

O mesmo tempo, deputado Jocelito, o mesmo tempo que foi destinado ao deputado Luiz Carlos Martins, vai vencer daqui vinte segundos, e a Mesa...

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

O horário de Liderança é cinco minutos, de acordo, se estamos falando de cumprir aqui o que determina, nós temos que cumprir, porque quando eu falo ali cinco, desliga. A mesma coisa do deputado Ratinho que não pode falar agora, neste momento aqui, porque não podia. Agora, o presidente da Comissão de Justiça está falando há sete minutos e o senhor não está prestando atenção!

Fica o meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Jocelito, pode protestar, mas eu estou concedendo ao deputado Hermes a mesma tolerância que foi concedida ao deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Não tem tolerância à lei. Lei é para ser cumprida. Não é assim que V. Exa. se reporta? E é assim que o presidente diz na Comissão de Justiça - não pode entrar um projeto porque a lei não permite! Então, vamos respeitar a lei ou paramos de fazer lei.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Eu solicito ao deputado Hermes da Fonseca que conclua o seu pronunciamento.

O SR. HERMES DA FONSECA

Já está concluído.

Muito obrigado pela deferência.

Desculpe-me o deputado Jocelito por ter ultrapassado o tempo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Liderança da Oposição, o deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente e senhores deputados.

O que nos traz à tribuna na Sessão de hoje é para discorrermos sobre um assunto que foi publicado na imprensa da Capital.

Recentemente nós ouvimos no Estado do Paraná, a não mais fabricação mundial de um carro. E os motivos na época já foram levantados e escritos. E hoje abrimos o jornal e encontramos a seguinte manchete: “Multinacional suspende projeto de construir pista no Aeroporto Afonso Pena, e diz que a decisão foi motivada pelos recentes rompimentos de contratos no Paraná. A União Belgium American Logistic, que é o consórcio dos Estados Unidos e da Bélgica suspendeu o projeto de construir um terminal de carro e a terceira pista do Aeroporto Internacional Afonso Pena. A informação foi dada pelo consultor Fernando Pereira Costa, representante da Multinacional no Brasil.

Segundo ele a decisão, que ainda é extra-oficial, foi motivada pelos recentes atos por parte do governo do Estado, quando contestou a legalidade ou moralidade de inúmeros contratos assinados pelo governo anterior junto aos investidores.

Isso nos preocupa muito, senhor presidente e senhores deputados, porque é um momento em que o País todo busca investimentos estrangeiros. No mesmo jornal hoje diz: que o próprio presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva fez uma reunião essa semana com o seu Ministério, onde as prioridades do seu governo estão elencadas em algumas obras essenciais para o desenvolvimento sócio-econômico do nosso País, no transporte, na infra-estrutura, mas que sejam projetos viáveis e que possam atrair os investimentos do capital privado.

No Paraná, deputada Cida, acontece exatamente o contrário: ao invés de as empresas virem para o Paraná se estabelecerem e continuarem os investimentos, nós estamos espantando as empresas do nosso Estado.

Recentemente, como eu disse, a própria Renault, que tem diversas unidades de indústrias estabelecidas, tem no Brasil, tem no Canadá, tem na Espanha e tantos outros países mais, eles iriam fabricar um carro e já estava decidido, deputado Jocelito Canto, a indústria estabelecida, aqui, na Região Metropolitana de Curitiba, mais precisamente em São José dos Pinhais, iria fazer um investimento de 400 milhões de dólares, gerando 100 empregos diretos. E a própria Renault disse naquele momento, que ela não mais iria fabricar esse carro no Brasil em consequência das atitudes e das ações do governo do Estado, no que diz em relação ao rompimento dos contratos ou tornar público muitas vezes protocolos que interessam às próprias empresas.

Hoje, estamos vendo outra notícia estampada. Um investimento de 160 milhões de dólares, que seriam investidos no Aeroporto Afonso Pena na construção da

terceira pista, que se faz necessário para que possamos abrir mais rotas de vôos de cargas, de cargueiros no Estado do Paraná fazendo a linha direta do nosso Estado com o exterior. Isso não mais vai acontecer.

Mas, disse também o Fernando Pereira, que não estaria descartada essa possibilidade de fazer os investimentos, mas numa condição clara: não fariam esses investimentos, nem aonde tivesse propriedade do Estado, da União ou da Infraero porque eles estão temerosos. Eles temem, como diz a própria nota, de fazerem altos investimentos, deputado Nelson Justus, V. Exa. que foi secretário de Indústria e Comércio do ex-governo e foi um dos responsáveis também pela industrialização do nosso Estado. Porque mudamos o perfil econômico do nosso Estado e palavras ditas aí, nesta mesa, pelo atual secretário da Fazenda Heron Arzua, quando esteve aqui na Assembléia, palavras dele quando disse: “O Paraná mudou o seu perfil econômico, principalmente através das montadoras que foram estabelecidas no Estado do Paraná.”

Pois bem, a Renault não vai mais fabricar o carro no Brasil. Outros países serão beneficiados e hoje mais uma empresa que iria investir na infra-estrutura do nosso Estado, facilitando ainda mais para que o Paraná possa se desenvolver economicamente e aumentar a sua industrialização, não mais vai acontecer! E o consultor disse e atribui exatamente pelo rompimento dos contratos feitos pelo atual governo, quando não se respeita. E nós entendemos, senhores deputados, que o contrato quando se faz, não é o Jaime Lerner, não é o Roberto Requião, não é José Richa, não é ninguém que faz, é o governo do Estado! Tem que se encontrar irregularidades, aí sim, você rompe!

Quando o Brasil inteiro, o mundo inteiro clama por empregos e parece que no Paraná andamos na contramão! O Paraná ao invés de procurar o seu desenvolvimento socio-econômico e sempre falamos, ontem tivemos aqui a presença do presidente do PFL - Jorge Borhausen e de outras lideranças nacionais, quando os mesmos falaram que o Brasil e o Estado só se desenvolvem quando existe a parceria entre o governo e a iniciativa privada. Governo público não dá emprego, mas dá condições para que as empresas possam se estabelecer e gerar os empregos necessários que o país e o Paraná precisam.

Agradeço, senhor presidente, por esse espaço a mais que V. Exa. me cedeu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há mais oradores inscritos no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos deputados Waldir Leite, Marcos Isfer, Arlete Caramês e Ratinho Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1597, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens nºs 01 e 02, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 025/2003, veto apostado ao Projeto de Lei nº 480/2002, de autoria do deputado Elio Rusch, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, para a Prefeitura Municipal de Terra Roxa. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO CTL/CC Nº 086/2003

Curitiba, 26 de maio de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 073/2003, dessa presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 480/2002, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Terra Roxa o lote nº 5, da quadra 11, do loteamento denominado Terra Roxa D'Oeste, objeto da Matrícula nº 3.494, Livro 3-D, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíra, para utilizá-lo na ampliação do posto de saúde.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de o mesmo ter sido considerado contrário ao interesse público, tendo em vista informações prestadas pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado, órgão da Seap, de que a medida, para a finalidade pretendida, independente de lei, porque a Lei nº 10.429/93 autoriza, não a doação, mas sim a cessão de uso de imóveis do Estado aos municípios para utilização no sistema único de Saúde

- SUS, forma legal esta que melhor poderá atender às necessidades do município de Terra Roxa.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituiu a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 480/2002, encontra-se publicado no DA nº 090/2002, de 26.06.2002).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 25/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 480/2002, de autoria do deputado Elio Rusch, que objetiva autorizar o Poder Executivo proceder à doação de imóvel para a Prefeitura Municipal de Terra Roxa, teve a sua última votação aprovada nesta Casa de Leis em 7 de maio último e foi encaminhado à sanção governamental no dia 14 do mesmo mês.

O senhor governador vetou integralmente a proposição parlamentar, usando de suas prerrogativas constitucionais. As razões do seu veto foram externadas no Ofício CTL/SEEG 086/2003, de 26 de maio do corrente ano, data em que efetivou a devolução do projeto vetado.

Cumpridos os prazos estabelecidos no artigo 71 da Constituição Estadual, a proposição de veto deverá ser encaminhada para discussão e votação em Plenário, ultimando o processo legislativo, previsto no artigo 215 do Regimento Interno desta Assembléia.

Sala das Comissões, em 17.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 026/2003, veto apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 134/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira que regulamenta o artigo 2º da Constituição do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/CC nº 088/2003

Curitiba, 02 de junho de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 070/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 134/2002, por inconstitucionalidade, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre o exercício da soberania popular “por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto”, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.

Dada a magnitude do tema, a Procuradoria Geral do Estado foi chamada a opinar sobre a medida, tendo aquele Órgão, através de seu Parecer nº 156/2003, com Emenda “Projeto de Lei Complementar nº 134/2002. Regulamentação do artigo 2º da Constituição do Estado do Paraná. Plebiscito, referendo e iniciativa popular. Inconstitucionalidade de artigos pela ausência de previsão de requisitos impostos pela Constituição Estadual”, demonstrado a impossibilidade de acolhimento ao projeto de lei complementar em referência.

Os termos do referido parecer da Procuradoria Geral do Estado, são por mim ratificados e deles faço as razões fundamentais do veto ora aposto.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valo-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei Complementar nº 134/2002, encontra-se publicado no DA nº 022/2002, de 19/03/2002).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 26/2003

P A R E C E R :

De autoria do deputado José Maria Ferreira, o Projeto de Lei nº 134/2002, aprovado nesta Casa no dia 05 de maio deste ano e encaminhado ao Palácio Iguaçu no dia 14 do mesmo mês. Objetivo do Projeto de Lei Complementar era o de regulamentar o artigo 2º da Constituição do Estado do Paraná, no que respeita ao exercício da soberania popular mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.

O senhor governador vetou integralmente o projeto de lei complementar, usando de suas prerrogativas constitucionais, e externou as razões do seu veto no Ofício CTL/SEEG 088/2003, encaminhando à Presidência deste Poder, no dia 02 de junho do corrente ano, obedecendo assim os prazos estipulados no artigo 71 da Magna Carta Estadual.

Cumpridos os ditames constitucionais e regimentais a proposição de veto em apreço está em condições de ser encaminhada para discussão e votação em Plenário.

Sala das Comissões, em 17.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Vai se proceder a votação.

Quem votar SIM, estará concordando com o veto. Quem votar NÃO, estará rejeitando o veto e aprovando os projetos.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. A mensagem do governo, de número 026, aposta ao projeto de lei de autoria deste parlamentar, buscava regulamentar o artigo 2º da Constituição. Por falha, nós deixamos de considerar o número mínimo de municípios, que no caso é 50. E, em função disso, também a maioria, nós não disciplinamos quanto a maioria no projeto de lei que busca regulamentar o referendo e o plebiscito. Evidentemente que o parecer dado pela Procuradoria está correto. Na oportunidade irei reapresentar o projeto, porque entendo importante para o reordenamento jurídico do nosso Estado. Não tenha dúvida, que temos que votar com o veto do governador. Espero ter a oportunidade de corrigi-lo e apresentar num momento regimental adequado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vai se proceder à votação. Solicito ao 1º secretário, deputado Padre Paulo, que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pela ordem, com a palavra o deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (**Pela Ordem**)

Gostaria de fazer um comunicado a respeito da Reforma Tributária. Gostaria de dizer aos nobres pares desta Casa que, mesmo durante o recesso, mantivemos lá em Brasília os assessores dessa Comissão Especial, e a coisa está se encaminhando da maneira que foi deliberado nesta Casa, numa Sessão conjunta e especial, juntamente com os municípios do Paraná. Amanhã nós estaremos juntos com a Associação dos Municípios do Paraná, nos dirigindo para a Capital Federal, para que possamos conseguir apoio para que, pelo menos em parte, aquela proposta que foi deliberada em plenário, aqui, consiga ser inserida no Relatório da Comissão Especial, que, se não vier na quinta-feira, no mais tardar na semana que vem estará pondo em votação.

Conforme a Comissão Especial deliberou, também, na semana que vem os membros da comissão - fica aqui o convite extensivo aos demais deputados que quiserem nos acompanhar a Brasília, que é a semana decisiva para que possamos preservar o pouco do Pacto Federativo, que vai sobreviver a esta proposta de reforma tributária e também defender os interesses dos municípios, não só do Estado do Paraná, mas do Brasil. Temos certeza que temos que conseguir algumas exceções no texto original, conforme foi

encaminhado, senão nós, já no próximo ano, teremos dificuldade na questão administrativa dos municípios, não só do Paraná, mas do Brasil.

Mesmo no recesso, nós trabalhamos e viajamos algumas vezes, eu, o deputado José Maria e o deputado Durval também ficou acompanhando, porque a comissão que foi constituída nesta Casa foi de acompanhamento, sabemos das nossas limitações e estamos atentos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Votaram 39 deputados.

31, votaram SIM, 07, votaram NÃO e 01, NULO.

Portanto, estão rejeitados os projetos e mantidos os vetos.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 107/2003, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a denominar Inês Maria Duarte Kurpel o trevo de acesso Chopinzinho - Coronel Vivida, na PR-281.COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 237/2003, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Bartholomeu Lisboa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. (**Publ. no DA. nº 026/2003, de 30/04/2003**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 237/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Plauto Miró Guimarães, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado ao Dr. Bartholomeu Lisboa.

Fundamentação

Chamada a opinar sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça entende que a proposição está de acordo com o disposto da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de título de Cidadão Honorário e Benemérito do Estado do Paraná. O Partido do autor, PFL, também já se pronunciou, indicando o projeto na quota reservada à agremiação partidária.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 237/2003, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Substitutivo Geral apresentado pelo próprio autor, corrigindo a denominação de “Benemérito” para

“Honorário”, destinado ao cidadão que não nasceu no Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 20.05.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ AO PROJETO DE LEI Nº 237/2003

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Dr. Bartholomeu Lisboa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.05.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Em votação.

Vai se proceder à votação secreta.

Solicito ao 1º secretário, deputado Padre Paulo, que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Padre Paulo Campos**)
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Gostaria de comunicar aos senhores deputados, principalmente aos presidentes de comissões, uma decisão do deputado Hermas Brandão e da Comissão Executiva: todos os projetos que se encontram nesta Casa em regime de urgência, deverão ser devolvidos devidamente analisados até segunda-feira.

Essa é uma determinação da Mesa Executiva, solicitaram que eu fizesse essa comunicação por meio do deputado Hermas Brandão.

Solicito aos deputados Elton Welter, Plauto Miró Guimarães e Vanderlei Iensen, que procedam à contagem dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Padre Paulo Campos**)
42 votantes.
42, SIM; nenhum NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Está aprovado o projeto.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/2003, de autoria do deputado Carlos Simões, que altera a redação da Lei nº 8.924 de 07 de maio de 1986. Que declarou de Utilidade Pública a Associação Cristianismo Decidido de Assistência Social. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 363/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 8.924, de 07 de maio de 1986, que declarou de Utilidade Pública a Associação Cristianismo Decidido de Assistência Social, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cristã de Assistência Social, com sede e foro nesta capital.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.05.2003.

(aa) CARLOS SIMÕES - Presidente

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto com o objetivo de alterar a redação da lei nº 8.924, de 07 de maio de 1986, que declarou de Utilidade Pública a Associação Cristianismo Decidido de Assistência Social, que através decisão de sua Assembléia Geral, passou a denominar-se Associação Cristã de Assistência Social.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para aprovação do projeto de lei em tela.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 363/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Carlos Simões, altera a redação da Lei nº 8.294 de 07 de maio de 1986, que declarou de Utilidade Pública a Associação Cristianismo Decidido de Assistência Social.

Da análise da proposição e da documentação anexada conclui-se que ocorreu uma mudança apenas no nome da entidade. Ficaram mantidas todas as demais disposições estatutárias que asseguram a manutenção da declaração de Utilidade Pública da referida associação.

O autor juntou documentos que provam o sustentado e não deixam dúvidas sobre a legitimidade da proposição.

Entre os documentos juntados encontram-se a Ata da Assembléia que aprovou a mudança do nome da entidade e demais documentos comprobatórios.

A proposição não apresenta óbices à tramitação regimental e deve ser submetido ao conjunto dos deputados estaduais.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.07.2003.

(aa) HERMES FOSENCA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 009/2003, de autoria dos deputados Hermas Brandão e Natálio

Stica, que institui o regimento interno da Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 044/2003, de 04.06.2003)**

COMISSÃO EXECUTIVA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/2003

P A R E C E R :

De autoria dos deputados estaduais Hermas Brandão e Natálio Stica a proposta em estudo objetiva instituir o Regimento Interno da Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Por tratar-se de matéria *interna corporis* de competência privativa da Assembléia Legislativa para iniciar o processo da norma, em concordância com o inciso III, do artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná, assume a forma de Proposta de Resolução, colocando claramente as finalidades da futura Escola do Legislativo como sendo ofertar canais permanentes para a formação de profissionais do ramo legislativo, a fim de obter desenvolvimento e qualidade de serviços, através da qualificação dos servidores desta Casa de Leis, buscando suporte técnico para que o Poder Legislativo melhor cumpra com suas funções institucionais.

Detectado pequeno dissentimento na proposta original, manifestamos nosso parecer favorável à Proposta de Resolução, na forma do substitutivo geral em anexo, que visa corrigir, constituindo primeiro a Escola do Legislativo, para então, logo após, estabelecer o seu Regimento Interno, disciplinando suas funções e atividades na forma inicialmente expressa.

Nestas condições, declaramos nosso parecer favorável ao objeto da proposta opinando aos nobres pares desta Assembléia pela aprovação em Plenário da proposição na forma do substitutivo anexo.

Sala das Sessões, em 11.08.2003.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO EXECUTIVA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/2003

Art. 1º - Fica constituída a “Escola do Legislativo” da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, órgão vinculado diretamente à Mesa Executiva.

Art. 2º - A Escola do Legislativo reger-se-á segundo o Regimento Interno constante em anexo.

Art. 3º - As despesas para implementação da Escola do Legislativo, correrão à conta do orçamento próprio do Poder Legislativo.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.08.2003.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1587 de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1589, de autoria dos deputados Vanderlei Iensen, Ailton Araújo, Francisco Bühner, Barbosa Neto e demais deputados, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 1592 e 1593, de autoria do deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Vou deixar de apreciar os demais requerimentos por absoluta falta de quórum.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 242/2003.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 107/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 237, 363/2003, e do Projeto de Resolução nº 009/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 026, 027, 052 e 352/2003, e do Projeto de Resolução nº 011/2003.

Levanta-se a Sessão.

Indicações Legislativas:

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 018/2003

Autoria do deputado Nereu Moura

SÚMULA:

Sugere a inclusão, na malha rodoviária estadual, da estrada que liga o município de Rolândia ao município de Pitangueiras.

1º - Inclusão, na malha rodoviária estadual, da estrada municipal que liga o município de Rolândia ao município de Pitangueiras.

Palácio XIX DE DEZEMBRO, EM 04.06.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Antiga reivindicação de toda a população da região Norte do Paraná a estadualização da estrada municipal, que liga o município de Rolândia ao município de Pitangueiras, trará enormes benefícios à comunidade local e ao escoamento da safra agrícola.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 019/2003

Autoria do deputado Reni Pereiras

SÚMULA:

Sugere a diminuição da alíquota da ICMS para o alho.

1º - A redução para 7% (sete por cento) da alíquota do ICMS cobrado para o alho.

Palácio XIX DE DEZEMBRO, EM 10.06.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Tenho em vista que os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro reduziram para 7% a carga tributária do ICMS nas operações com alho, há necessidade de dar tratamento tributário isonômico aos contribuintes paranaenses, especialmente no caso de importação, pois caso contrário às importações passarão a ser feitas por outros Estados, com perda de arrecadação para o Estado do Paraná, além de diminuição econômica do setor correspondente.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 020/2003

Autoria do deputado Luiz Carlos Martins

SÚMULA:

Sugere a isenção de custos de Publicações legais.

1º - A isenção de Custos de Publicações legais junto à imprensa Oficial do Estado, das Entidades, Associações e outras instituições que tenham caráter social filantrópico e de utilidade pública.

2º - Os beneficiados pela presente indicação, deverão ser declarados de utilidade pública estadual.

Palácio XIX DE DEZEMBRO, EM 10.06.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação tem por objetivo facilitar a vida das entidades com caráter filantrópico, que com poucos recursos, mantém um trabalho social importantíssimo para o Estado e para a população em geral. As publicações legais fazem parte de sua necessidade de funcionamento, como prova de sua eficiência e seriedade. Nada

mais justo isentá-las deste ônus, dando uma contribuição para seus haveres, destinando tais recursos para obras sociais. Assim sendo, por julgar justa e meritória tal indicação, contamos com o apoio dos demais pares desta Casa de Leis para a sua aprovação.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 021/2003

Autoria do deputado Mauro Moraes

SÚMULA:

Sugere a isenção ou redução do pagamento de taxas estaduais, relativas à emissão e/ou renovação da carteira nacional de habilitação às pessoas portadoras de deficiência.

1º - A isenção ou redução do pagamento das taxas estaduais relativas à emissão e/ou renovação da Carteira Nacional de Habilitação, às pessoas portadoras de deficiência.

2º - A isenção abrangeria o pagamento de quaisquer exames médicos pelas autoridades competentes.

3º - A pessoa portadora de deficiência a ser beneficiada, teria que se enquadrar, pelo menos, numa das seguintes categorias:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, trilegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência física - perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras.

Palácio XIX DE DEZEMBRO, EM 10.06.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Esta proposição foi inspirada em norma legal editada neste Estado, através da qual foi concedido benefício a um importante segmento da população.

Por considerar a medida extremamente justa, pretendemos beneficiar também, as pessoas portadoras de deficiência, cujas dificuldades são sobejamente conhecidas.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 022/2003

Autoria do deputado Reni Pereira

SÚMULA:

Sugere a redução nas multas do ICMS.

1º - O parágrafo único do art. 40, da Lei nº 11.580/96, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação- ICMS, passaria a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - As demais multas previstas no inciso 1º do art. 55 desta lei, propostas em auto de infração, serão reduzidas:

a) em 80% (oitenta por cento), quando pagas até 15º dia subsequente ao da ciência do auto de infração, juntamente com demais quantias exigidas, ou quando estas, quitada a multa, sejam objeto de parcelamento;

b) em 60% (sessenta por cento), quando pagas do 16º ao 30º dia subsequente ao da ciência do auto de infração, juntamente com as demais quantias exigidas, ou quando estas, quitadas a multa, sejam objeto de parcelamento;

c) em 40% (quarenta por cento), quando pagas até trinta dias após a ciência da decisão condenatória em processo administrativo fiscal”.

Palácio XIX DE DEZEMBRO, EM 10.06.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por objetivo propor a redução de multas previstas no art. 55 da lei nº 11.850/96, que dispõe sobre o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações- ICMS.

A proposta irá beneficiar tanto o contribuinte, que terá como arcar com as multas, como, também, o governo do Estado do Paraná, que receberá recursos para tocar a execução de obras e programas que tanto necessita o povo da nossa terra.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 023/2003

Autoria do deputado Reni Pereira

Súmula:

Sugere o parcelamento em até 100 (cem) vezes das tarifas de energia elétrica.

1º - O parcelamento em até 100 (cem) vezes das dívidas, com tarifas de energia elétrica, dos municípios do Estado do Paraná, lançadas até 31 de maio de 2003, na forma e prazo regulamentada pelo Poder Executivo.

Palácio XIX DE DEZEMBRO, em 10.06.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de proporcionar o parcelamento de dívidas dos municípios do Estado do Paraná com tarifa de energia elétrica em atraso.

É do conhecimento dos senhores deputados a enorme dificuldade financeira que os municípios estão enfrentando, sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto de lei em tela.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA - UTILIDADE PÚBLICA

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Antonio Anibelli, Marcos Isfer, Tadeu Veneri, Jocelito Canto, Elton Carlos Welter, José Maria Ferreira, Chico Noroeste, Elza Correia, Pastor Edson Praczyk e Plauto Miró Guimarães. Havendo número legal, o presidente deu por aberta a presente reunião, com base na alínea “b”, do inciso II, do artigo 28 do Regimento Interno, aprovando os projetos de lei a seguir, que objetivam declarar entidades de Utilidade Pública. 01) Projeto de Lei nº 58/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL com Emenda Substitutiva da CCJ - APROVADO em Redação Final; 02) Projeto de Lei nº 87/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL com Emenda Substitutiva da CCJ - APROVADO em Redação Final; 03) Projeto de Lei nº 88/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL com Emenda da CCJ - APROVADO em Redação Final; 04) Projeto de Lei nº 89/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL com Emenda Substitutiva da CCJ - APROVADO em Redação Final; 05) Projeto de Lei nº 90/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL com Emenda Substitutiva da CCJ - APROVADO em Redação Final; 06) Projeto de Lei nº 91/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL com Emenda da CCJ - Aprovado em Redação Final; 07) Projeto de Lei nº 56/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL com Emenda da CCJ - APROVADO em 2ª Discussão; 08) Projeto de Lei nº 57/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL com Emenda da CCJ - APROVADO em 3ª Discussão; 09) Projeto de Lei nº 131/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL com Emenda da CCJ - APROVADO em 3ª Discussão; 10) Projeto de Lei nº 132/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano. Parecer FAVORÁVEL com Emenda da CCJ - APROVADO em 3ª Discussão; 11) Projeto de Lei nº 154/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL com Emenda da CCJ - APROVADO em 3ª Discussão; 12) Projeto de Lei nº 155/2003, de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv.

Parecer FAVORÁVEL com Emenda da CCJ - APROVADO em 3ª Discussão; 13) Projeto de Lei nº 275/2003, de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv. Parecer FAVORÁVEL com Emenda CCJ - APROVADO em 1ª Discussão; 14) Projeto de Lei nº 358/2003, de autoria da deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL com Emenda da CCJ - APROVADO em 1ª Discussão. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, pelos deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Antonio Anibelli, Marcos Isfer, Tadeu Veneri, Jocelito Canto, Elton Carlos Welter, José Maria Ferreira, Chico Noroeste, Elza Correia, Pastor Edson Praczyk e Plauto Miró Guimarães. Havendo número legal, o presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da reunião anterior em votação, após solicitação de dispensa da leitura pelo deputado Antonio Anibelli - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 40/2003, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 54/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Jocelito Canto, na forma de emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 55/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Jocelito Canto, na forma da emenda anexa - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 111/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse. O deputado Marcos Isfer solicita VISTAS - Concedida pelo presidente; 05) Projeto de Lei nº 112/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse. O deputado Marcos Isfer solicita VISTAS - Concedida pelo presidente; 06) Projeto de Lei nº 113/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse. O deputado Marcos Isfer solicita VISTAS - Concedida pelo presidente; 07) Projeto de Lei nº 332/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademar Traiano, lido pelo deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 350/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto. O deputado Antonio Anibelli solicita VISTAS - Concedida pelo presidente; 09) Projeto de Lei nº 363/2003, de autoria do deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 10) Proposição-Veto nº 29/2003, de autoria do Poder Executivo,

que veta o Projeto de Lei nº 82/2003, de autoria do deputado Natálio Stica. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Duílio Genari - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 26/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 27/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 28/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 29/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 30/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 31/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 46/2003, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 52/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti e Projeto de Lei nº 153/2003, de autoria do deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 183/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 240/2003, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 247/2003, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 314/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 320/2003, de autoria do deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 344/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 352/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 356/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 361/2003, de autoria da deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 367/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, pelos deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

Pauta da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PAUTA - 19.08.2003
ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 19/2003, autor deputado Delegado Bradock, que institui o serviço voluntariado no Estado do Paraná, mais especificamente nas fileiras da Polícia Militar e Polícia Civil, com aproveitamento dos reservistas das Forças Armadas do Brasil. **Relator deputado Marcos Isfer, designado em 13.03.2003. Diligência em 18.03.2003.**

Projeto de Lei nº 49/2003, autor deputado Luiz Carlos Martins, que altera o artigo 4º da Lei nº 11.035/95, alterado pela Lei nº 11.668/97 (institui normas gerais sobre sorteios da modalidade Bingo). **Relator deputado Marcos Isfer, designado em 10.03.2003 - Diligência em 11.03.2003.**

Projeto de Lei nº 123/2003, autor deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Marialva - Paraná. **Relator deputado Nelson Justus, Designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 186/2003, autor deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Guaraci- Paraná. **Relator deputado Nelson Justus. Designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 187/2003, autor deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Guaraci- Paraná. **Relator deputado Nelson Justus. Designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 252/2003, autor deputado Doutor Luciano, que estabelece normas e critérios para clínicas, consultórios e estabelecimentos de estética que utilizam recursos de eletrotermofototerapia. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 02.07.2003. Vistas ao deputado Elton Welter em 12.08.2003.**

Projeto de Lei nº 273/2003, autor deputado Barbosa Neto, que autoriza a criação da disciplina de informática para a rede pública. **Relator deputado Tadeu Veneri. Designado em 12.06.2003. Vistas ao deputado Antonio Anibelli em 24.06.2003.**

Projeto de Lei nº 274/2003, autor deputado Barbosa Neto, que autoriza a inclusão do sistema de educação em tempo integral no ensino fundamental da Rede Pública. **Relator: deputado Tadeu Veneri. Designado em 12.06.2003. Vistas ao deputado Antonio Anibelli em 24.06.2003.**

Projeto de Lei nº 284/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza a iniciativa provada a auxiliar financeiramente o ensino fundamental e médio nas escolas públicas estaduais. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 02.07.2003. Com vistas do deputado Duílio Genari em 12.08.2003.**

Projeto de Lei nº 286/2003, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que proíbe a comercialização de pneus usados importados no Estado do Paraná. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 297/2003, de autoria do deputado Rafael Greca. Ensino de língua italiana nas escolas da rede pública estadual. **Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 12.06.2003. Com vistas do deputado Antonio Anibelli em 24.04.2003.**

Projeto de Lei nº 326/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto, que autoriza o Poder Executivo a ceder à Londrina o uso de terreno de sua propriedade, onde está localizado o 3º Distrito da Polícia Civil do Jardim Bandeirantes, para a construção de um centro cultural. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 02.07.2003. Com vistas do deputado Doutor Luciano em 12.08.2003.**

Projeto de Lei nº 350/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Dalton Fonseca Paranaçu. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 02.07.2003. Com vistas do deputado Antonio Anibelli em 05.08.2003.**

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 253/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que define diretrizes para a política de assistência integral aos portadores da Doença de Parkinson no âmbito do SUS. **Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 05.08.2003.**

Projeto de Lei nº 271/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em linguagem braile em hotéis, restaurantes e similares. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 05.08.2003. Com vistas do deputado Elton Carlos Welter em 12.08.2003.**

Projeto de Lei nº 292/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre benefícios para doadores de sangue. **Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 05.08.2003.**

Projeto de Lei nº 294/2003, de autoria dos deputados Doutor Luciano e Hermas Brandão, que estabelece o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do SUS. **Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 05.08.2003.**

Projeto de Lei nº 303/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que denomina a Escola do Conjunto Habitacional José Giordano em Londrina, de Escola Estadual Professora Roseli Piotto Roehrig. **Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 05.08.2003.**

Projeto de Lei nº 304/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que dispõe sobre a comunicação em braile dos números e avisos constantes nos painéis de elevadores. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 05.08.2003. Com vistas do deputado Elton Carlos Welter em 12.08.2003.**

Projeto de Lei nº 350/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que proíbe as instituições de ensino fundamental, médio e superior, de impedir a formatura e de não expedir o diploma de alunos inadimplentes. **Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 357/2003, de autoria das deputadas Cida Borghetti, Luciana Rafagnin, Elza Correia e Arlete Caramês, que revoga o parágrafo 2º, do artigo 1º, da Lei nº 12.975/2000 (Polícia Militar). **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 04.08.2003.**

Projeto de Lei nº 365/2003, de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv, que altera a Lei nº 9.242, que criou o município de Vila Alta Nova. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 04.08.2003.**

Projeto de Lei nº 368/2003, de autoria da deputada Arlete Caramês, que determina a reserva de assentos para portadores de necessidades especiais nos ônibus de empresas de transporte rodoviário intermunicipal. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 04.08.2003.**

Projeto de Lei nº 371/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que denomina Natal Pessuti o trecho da Rodovia 082, que liga Jardim Alegre a São João do Ivaí. **Relator: deputado Neivo Beraldin, designado em 04.08.2003.**

Proposição Veto nº 30/2003, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 125/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a alteração da Lei nº 11.911/77 (transporte gratuito para deficientes mediante apresentação de atestado). **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 05.08.2003.**

Proposição Veto nº 31/2003, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 166/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre a alteração da Lei nº 13.131/2001 (doação ao município de Ibiporã). **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 05.08.2003.**

Proposição Veto nº 32/2003, e autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 176/2003 de autoria do deputado Doutor Luciano que dispõe sobre a prestação de serviços e ações de saúde aos usuários do SUS, bem como seus direitos e responsabilidades, no Estado do Paraná. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 05.08.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS E
RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 318/2003, e autoria do deputado Tadeu Veneri, que acrescenta parágrafo ao artigo 53 da Lei nº 6174/70 (carga horária dos funcionários da saúde). **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 02.07.2003.**

Projeto de Lei nº 430/2003, e autoria do Poder Executivo, que objetiva transformar na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, cargos de provimento em comissão em outros cargos de igual natureza. **Relator: deputado Antonio Anibelli, designado em 12.08.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS DE UTILIDADE
PÚBLICA

Projeto de Lei nº 397/2003, e autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Comunidade de Kolping de Inácio Martins, com sede no município de Inácio Martins e foro no município de Irati. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 12.08.2003.**

Projeto de Lei nº 399/2003, e autoria do deputado Barbosa Neto, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Esperança, com sede e foro no município de Londrina. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 12.08.2003.**

Projeto de Lei nº 401/2003, e autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública o Recanto da Terceira Idade São Carlos, com sede no município de São Carlos e foro no município de Paraíso do Norte. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 12.08.2003.**

Projeto de Lei nº 406/2003, e autoria do deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública o Clube do Velho Amigo de Foz do Iguaçu, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 12.08.2003.**

Projeto de Lei nº 407/2003, e autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Civil Denominada Grupo Renascer, com sede e foro no município de Colombo. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 12.08.2003.**

Projeto de Lei nº 410/2003, e autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Estudantes do Município de Uraí, com sede e foro no município de Uraí. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 12.08.2003.**

Ordem do Dia da CCJ:

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATIVA
DE 15 DE FEVEREIRO A
15 DE DEZEMBRO DE 2003
6ª SESSÃO ORDINÁRIA
ORDEM DO DIA
PARA O DIA 19 DE AGOSTO DE 2003
TERÇA-FEIRA

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 275/2003, de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Educadores Populares, com sede e foro no município de Irati. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 358/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Patologia, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.